Páginas 4 e 5

Opinião Socialista

Ano XII - Edição 356 - Colaboração: R$ 2 - De 02 a 08/10/2008 - www.pstu.org.br

PSTU

Voto útil é voto socialista

BRANCO CORRIGE CONFIRMA

JUNTINHOS - O PT aliou-se com três partidos de oposição de direita ao governo Lula (PSDB, DEM e PPS) em pelo menos em 2.292 das 5.563 cidades do país, 41,2% do total dos municípios.

PÁGINA DOIS

DÍVIDAS – Segundo uma pesquisa do Banco Central, cerca de 30% da renda da população é destinada, atualmente, ao pagamento de dívidas. Em 2003, essa proporção oscilava entre 20,6% e 22,9%.

PROTESTOS

Na tarde do dia 26 foi realizada em Nova Iorque uma passeata de protesto contra o pacote de US$ 700 bilhões embrulhado pelo governo Bush para tentar salvar os bancos da quebradeira. A marcha foi realizada em Wall Street, região da cidade que abriga sede de bancos e de corretoras. Segundo os organizadores, o objetivo era"apontar esses ladrões enquanto eles saem do trabalho". Outros protestos foram registrados pelo país.

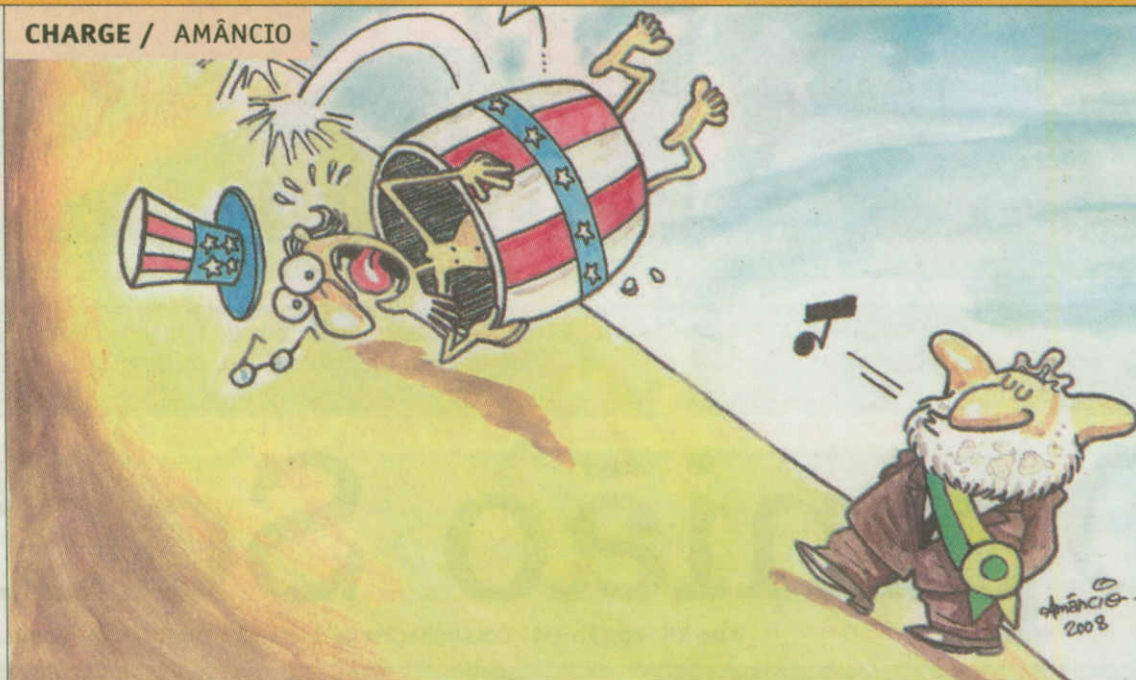
CHARGE / AMÂNCIO

PÉROLA

Graças a Deus a crise americana não atravessou o Atlântico

PRESIDENTE LULA, tentando explicar que a crise não chegaria ao Brasil...que não fica do outro lado do Atlântico (*"O Globo", 29/09/2008*)

ENDIVIDADOS

O brasileiro nunca esteve tão endividado. Essa é a avaliação feita pelo Banco Central no relatório de inflação do terceiro trimestre. Segundo o BC, o crédito avançou 31,8% nos últimos 12 meses. Em termos absolutos, bateu novo recorde: chegou a R$ 1,11 trilhão. Também foi recorde na comparação com o PIB (Produto Interno Bruto): passou de 24% em 2003 para 38% do PIB em agosto deste ano.

HOMOFOBIA VERDE-OLIVA

O sargento do Exército Laci de Araújo, que assumiu sua homossexualidade, foi condenado a seis meses de prisão por deserção na sessão da 11ª Circunscrição Judiciária Militar (CJM), primeira instância do Superior Tribunal Militar (STM). Segundo a Justiça, ele teria faltado o trabalho por oito dias sem ter dado uma justificativa.

REPÚBLICA DE ASSASSINOS

Na Colômbia o irmão do ministro da Justiça, Fabio Valencia, foi preso em Medelín acusado de vínculos com grupos paramilitares e com o traficante de drogas mais procurado do país, conhecido como Don Mario. Os paramilitares são responsáveis por milhares de assassinatos de sindicalistas e ativistas sociais. A prisão mostra, mais uma vez, a ligação do governo Uribe com os criminosos do país.

DESMATAMENTO DOBRA

A destruição da Amazônia não pára de crescer sob o governo Lula. O ritmo do desmatamento subiu 133% em agosto, com 756,7 quilômetros quadrados de floresta devastados, de acordo com dados do Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais (Inpe). A área é igual à metade do município de São Paulo. Em julho, o instituto registrou 323,9 quilômetros quadrados de floresta derrubados. O ministro do Meio Ambiente, Carlos Minc, disse que o problema tem a ver com as eleições que, segundo ele, fazem com que os políticos e poderosos da região não tomem "atitudes antipáticas".

MARCELLO CASAL JR/AG. BRASIL

O ministro Carlos Minc

Patronal reforça ameaça à vida de Frota

AMÉRICO GOMES,
da Direção Nacional do PSTU

Os donos das empresas de ônibus de Macapá (AP) realizam um verdadeiro cerco ao sindicato dos trabalhadores. Os ataques se dão por meio de várias ofensivas.

Os patrões movem processos contra o sindicato e seus dirigentes. Além disso, há a formação de uma oposição à diretoria do sindicato, com membros liberados do trabalho pela patronal. Há também o não repasse das mensalidades dos associados à entidade ou então constantes atrasos.

Os diretores e o presidente do sindicato, Joinville Frota, candidato do PSTU à Prefeitura de Macapá, sofrem constantes ameaças. Como se não bastasse, os patrões realizam uma demissão seletiva de toda a vanguarda para tentar minar a base do sindicato.

As ameaças vão desde telefonemas ao celular de Frota, cerco por jagunços ao carro de som do sindicato, rondas em torno da casa de Frota e Liduina, sua companheira e diretora do sindicato, e até mesmo ataques como o coquetel molotov atirado contra sua casa.

Frente a esses acontecimentos, a reunião da coordenação da Conlutas aprovou uma resolução que chama todos os sindicatos a incorporarem-se na campanha em defesa da vida de Frota. No Rio de Janeiro, somaram-se à campanha o grupo "Tortura Nunca Mais" e a Associação dos Juízes pela Democracia. Agora se manifestou a Anistia Internacional.

GOVERNO E JUSTIÇA NÃO SE MOVEM

O conselheiro da OAB do Rio de Janeiro Aderson Bussinger, que esteve em Macapá acompanhando a situação e em Brasília conversando com o ministro Tarso Genro, viu com muitas preocupações a inércia do governo e da Justiça: "A campanha política no estado está muito boa e o apoio popular é impressionante. Quando fomos ao TRE os porteiros e faxineiros vinham se solidarizar com Frota, nos restaurantes os garçons e nas ruas a população mais carente. Mas, do ponto de vista jurídico, as coisas não se moveram".

CAMPANHA

Proteste contra as perseguições ao Sincottrap e as ameaças aos diretores e a Frota. Escreva para:
Ministério da Justiça - Esplanada dos Ministérios, bloco T, edifício-sede - 70064-900 Brasília-DF - Telefone: 61 3429.3000. Governo do Amapá, Palácio do Setentrião, Rua General Rondon, 259, Centro - Macapá-AP, CEP - 68906-130, Fax: (096) 32121104, E-mail: governadoria@governadoria.ap.gov.br; Tribunal Regional Eleitoral de AMAPÁ; Endereço Avenida Mendonça Júnior 1502 – Centro – Macapá, CEP: 68900 – 020, Telefone TRE: (96) 3214-1702; FAX: (96) 3214-1701 / 3223-5471 Internet: www.tre-ap.gov.br.

OPINIÃO SOCIALISTA
é uma publicação semanal do Partido Socialista dos Trabalhadores Unificado
CNPJ 73.282.907/0001-64 - Atividade principal 91.92-8-00

CORRESPONDÊNCIA
Rua dos Caciques, 265 - Saúde - São Paulo - SP - CEP 04145-000
Fax: (11) 5581.5776 e-mail: *opiniao@pstu.org.br*

ENDEREÇOS

SEDE NACIONAL

Rua dos Caciques, 265
Saúde - São Paulo (SP)
CEP 04145-000 - (11) 5581-5776

www.pstu.org.br
www.litci.org

pstu@pstu.org.br
opiniao@pstu.org.br
assinaturas@pstu.org.br
sindical@pstu.org.br
juventude@pstu.org.br
lutamulher@pstu.org.br
gayslesb@pstu.org.br
racaeclasse@pstu.org.br
livraria@pstu.org.br
internacional@pstu.org.br

ALAGOAS

MACEIÓ - Rua Dias Cabral, 159. 1° andar - sala 102 - Centro - (82)9903.1709 *maceio@pstu.org.br*

AMAPÁ

MACAPÁ - Av. Pe. Júlio, 374 - Sala 013 - Centro (altos Bazar Brasil) (96) 3224.3499 *macapa@pstu.org.br*

AMAZONAS

MANAUS - R. Luiz Antony, 823, Centro (92) 234-7093 *manaus@pstu.org.br*

BAHIA

SALVADOR - Rua da Ajuda, 88, Sala 301 Centro (71) 3321-5157 *salvador@pstu.org.br*
ALAGOINHAS - R. 13 de Maio, 42 Centro
IPIAÚ - Rua Itapagipe, 64 - Santa Rita
VITÓRIA DA CONQUISTA
Avenida Caetité, 1831 - Bairro Brasil

CEARÁ

FORTALEZA *fortaleza@pstu.org.br*
BENFICA -Rua Juvenal Galeno, 710, 60015-340.
JUAZEIRO DO NORTE - Rua Padre Cícero, 985, Centro

DISTRITO FEDERAL

BRASÍLIA - Setor de Diversões Sul (SDS)- CONIC - Edifício Venâncio V, subsolo, sala 28 Asa Sul - (61) 3321-0216 *brasilia@pstu.org.br*

ESPÍRITO SANTO

VITÓRIA - *vitoria@pstu.org.br*

GOIÁS

GOIÂNIA - R. 70, 715, 1° and./sl. 4 (Esquina com Av. Independência) (62) 3224-0616 / 8442-6126 *goiania@pstu.org.br*

MARANHÃO

SÃO LUÍS - (98) 3245-8996 / 3258-0550 *saoluis@pstu.org.br*

MATO GROSSO

CUIABÁ - Av. Couto Magalhães, 165, Jd. Leblon (65) 9956-2942

MATO GROSSO DO SUL

CAMPO GRANDE - Av. América, 921 Vila Planalto (67) 384-0144 *campogrande@pstu.org.br*

MINAS GERAIS

BELO HORIZONTE *bh@pstu.org.br*
CENTRO - Rua da Bahia, 504/ 603 - Centro (31) 3201-0736
BETIM - R. Inconfidência, sl 205 Centro
CONTAGEM - Rua França, 532/202 - Eldorado - (31) 3352-8724
JUIZ DE FORA juizdefora@pstu.org.br
UBERABA *uberaba@pstu.org.br*
R. Tristão de Castro, 127 - (34) 3312-5629
UBERLÂNDIA - (34) 3229-7858

PARÁ

BELÉM *belem@pstu.org.br*
Passagem Dr. Dionízio Bentes, 153 - Curió - Utingá - (91) 3276-4432

PARAÍBA

JOÃO PESSOA - R. Almeida Barreto, 391, 1° andar - Centro (83) 241-2368 - *joaopessoa@pstu.org.br*

PARANÁ

CURITIBA - R. Cândido de Leão, 45 sala 204 - Centro (próximo a Praça Tiradentes)
MARINGÁ -Rua José Clemente, 748 Zona 07 - (44) 3028-6016

PERNAMBUCO

RECIFE - Rua Monte Castelo, 195 Boa Vista - (81) 3222-2549

PIAUÍ

TERESINA - Rua Quintino Bocaiúva, 778

RIO DE JANEIRO

RIO DE JANEIRO *rio@pstu.org.br* (21) 2232-9458
LAPA - Rua da Lapa, 180 - sobreloja
DUQUE DE CAXIAS - Rua das Pedras, 66/01, Centro
NITERÓI - Av. Visconde do Rio Branco, 633 / 308 - Centro *niteroi@pstu.org.br*
NOVA FRIBURGO - Rua Guarani, 62 - Cordueira (24) 2533-3522
NOVA IGUAÇU - Rua Cel Carlos de Matos, 45 - Centro *novaiguacu@pstu.org.br*
SÃO GONÇALO - Rua Ary Parreiras, 2411 sala 102 - Paraíso (próximo a FFP/UERJ)
SUL FLUMINENSE *sulfluminense@pstu.org.br*
BARRA MANSA - Rua Dr Abelardo de Oliveira, 244 Centro (24) 3322-0112
VALENÇA - Pça Visc.do Rio Preto, 362/402, Centro (24) 3352-2312
VOLTA REDONDA - Av. Paulo de Frontim, 128- sala 301 - Bairro Aterrado
NORTE FLUMINENSE
MACAÉ - Rua Teixeira de Gouveia, 1766 (fundos) (22) 2772.3151 *nortefluminense@pstu.org.br*

RIO GRANDE DO NORTE

NATAL
CIDADE ALTA - R. Apodi, 250 (84) 3201-1558
ZONA NORTE - Rua Campo Maior, 16 Centro Comercial do Panatis II
CENTRO Rua Vigário Bartolomeu, n° 281-B

RIO GRANDE DO SUL

PORTO ALEGRE *portoalegre@pstu.org.br*
CENTRO - R. General Portinho, 243 (51) 3024-3486 / 3024-3409
PASSO FUNDO - Galeria Dom Guilherme, sala 20 - Av. Presidente Vargas, 432 (54) 9993-7180
GRAVATAÍ - R. Dinarte Ribeiro, 105, Morada do Vale - (51) 9864-5816
SANTA CRUZ DO SUL - (51) 9807-1722
SANTA MARIA - (55) 8409-0166 *santamaria@pstu.org.br*

SANTA CATARINA

FLORIANÓPOLIS - Rua Nestor Passos, 77, Centro (48) 3225-6831 *floripa@pstu.org.br*
CRICIÚMA - Rua Pasqual Meller, 299, Bairro Universitário, (48) 9102-4696 agapstu@yahoo.com.br

SÃO PAULO

SÃO PAULO *saopaulo@pstu.org.br* *www.pstusp.org.br*
CENTRO - R. Florêncio de Abreu, 248 - São Bento (11) 3313-5604
ZONA NORTE -Rua Rodolfo Bardela, 183 V. Brasilândia (11) 3925-8696
ZONA LESTE - R. Eduardo Prim Pedroso de Melo, 18 (próximo à Pça. do Forró) - São Miguel
ZONA SUL - Rua Amaro André, 87 - Santo Amaro
BAURU - Rua Antonio Alves n°6-62 - Centro - (14) 227-0215 *bauru@pstu.org.br*
CAMPINAS - R. Marechal Deodoro, 786 (19) 3235-2867 - *campinas@pstu.org.br*
FRANCO DA ROCHA - Avenida 7 de setembro, 667 - Vila Martinho *edcosta16@itelefonica.com.br*
GUARULHOS - *guarulhos@pstu.org.br*
Av. Esperança, 733 - Centro (11) 6441-0253 *guarulhos@pstu.org.br*
JACAREÍ - R. Luiz Simon,386 - Centro (12) 3953-6122
MOGI DAS CRUZES - Rua Flaviano de Melo, 1213 - Centro - (11) 4796-8630
PRES. PRUDENTE - R. Cristo Redentor, 11 Casa 5 - Jd. Caiçara - (18) 3903-6387
RIBEIRÃO PRETO - Rua Monsenhor Siqueira, 614 - Campos Eliseos (16) 3637.7242 *ribeiraopreto@pstu.org.br*
SÃO BERNARDO DO CAMPO - Rua Carlos Miele, 58 - Centro (atrás do Terminal Ferrazópolis) - *(11)4339-7186* *saobernardo@pstu.org.br*
SÃO JOSÉ DOS CAMPOS *sjc@pstu.org.br*
CENTRO - Rua Sebastião Humel, 759 (12) 3941.2845
SOROCABA - Rua Prof. Maria de Almeida, 498 - Vl. Carvalho (15) 9129.7865 *sorocaba@pstu.org.br*
SUZANO *suzano@pstu.org.br*

SERGIPE

ARACAJU - Av. Gasoduto / Francisco José da Fonseca, 1538-b Cjto. Orlando Dantas (79) 3251-3530 *aracaju@pstu.org.br*

EDITORIAL

A RETA FINAL

Essa é a reta final da campanha eleitoral. É uma semana chave também na evolução da crise econômica. Sente-se a economia mundial balançar e o início do pânico no mercado financeiro. Mas o Brasil parece sólido. Nada abala a segurança governista. Diferente da campanha governista, quanto mais cai a economia mundial, mais parece avançar a confiança dos trabalhadores em Lula. É possível que o PT tenha a sua maior vitória eleitoral em um momento de grande crise internacional.

Para os governistas, trata-se de uma demonstração dos acertos do governo. O próprio Lula chegou a dizer que as conseqüências da crise seriam "imperceptíveis" no Brasil. Para os oposicionistas loucos para virar de casaca, o prestígio do governo seria intransponível. Uma muralha.

No entanto, os ventos que sacodem Wall Street, mais cedo ou mais tarde vão abalar o governo Lula. Estamos presenciando acontecimentos de uma enorme gravidade atingindo o coração da economia mundial. Não se trata somente de um "problema financeiro", mas de uma expressão profunda da crise de superprodução capitalista, que está chegando com grande força. Abalos nas profundezas do mar se manifestam muitas vezes em tsunamis em praias muito distantes. A queima de capital que está sendo realizada em pleno coração do imperialismo vai se estender aos países semi-coloniais com uma violência ainda maior. Isso só pode ser ignorado hoje por aqueles que se dedicam à propaganda das classes dominantes.

Os economistas recomendam calma à população, enquanto resgatam nervosamente, todas as aplicações de risco de seus patrões. Evidentemente não existe nenhuma calma entre eles.

VOTO "ÚTIL": ÚTIL PARA QUEM?

O governo Lula sairá das eleições com uma vitória. Na verdade, trata-se de mais um caso de estelionato eleitoral. Os anos de crescimento do governo coincidem com o ciclo ascendente da economia. E agora? O que virá com a crise econômica? As condições atuais se modificarão para pior.

Os trabalhadores terão de pagar um preço por essa crise. A forma com que a burguesia encontra para escapar das crises é atacando o nível de vida dos trabalhadores, rebaixando os salários, cortando empregos.

O governo terá de atacar o nível de vida dos trabalhadores e estará colocada nesse momento possibilidades de rupturas de setores de massas dos trabalhadores com Lula.

A vitória eleitoral do governo tem, portanto, esse lado sinistro: os trabalhadores estão colocando munição nas armas que lhes serão apontadas amanhã. Estão fortalecendo o governo que vai atacar com mais força os trabalhadores porque está sendo fortalecido por uma vitória esmagadora. Trata-se claramente de um voto "útil": útil para o governo atacar melhor os trabalhadores.

UM VOTO, UMA BASE PARA A LUTA

Por isto é que hoje cada um dos votos em nossos candidatos a prefeito e vereadores é tão importante neste momento. É uma base política para as lutas futuras.

Para aqueles trabalhadores e estudantes que superaram a pressão do voto útil e vão votar em nossos candidatos, nós queremos fazer um chamado: é preciso convencer a mais três companheiros e companheiras a fazerem o mesmo.

Nós não temos e não queremos o dinheiro da burguesia ou da corrupção. Queremos o seu apoio. Vamos à luta.

OPINIÃO - *LEANDRO SOTO, da redação*

Contra o governo neoliberal, unir as lutas num congresso nacional

No dia 13 de setembro ocorreu na UERJ (cuja reitoria encontra-se ocupada pelos estudantes) uma reunião nacional de entidades estudantis convocada pelo DCE da UFRJ para debater a construção de um congresso nacional de estudantes. Estiveram presentes 119 estudantes e 59 entidades estudantis.

UNIR E FORTALECER AS LUTAS

Estudantes de dezenas de universidades e escolas falaram da força das mobilizações e do novo movimento estudantil forjado nas lutas. Para os presentes ficou clara a necessidade de avançar na unificação e no fortalecimento dessas mobilizações. Todas as lutas expressam o mesmo enfrentamento com o modelo neoliberal para a educação e representam a continuidade da ocupação da reitoria da USP e demais ocupações.

A reunião recomendou às entidades que discutam na base a construção da jornada de lutas que está sendo impulsionada pela Conlutas, pela Intersindical e, em alguns estados, pelo MST. Ela irá ocorrer na semana do dia 12 de outubro e será uma grande oportunidade para o movimento estudantil se somar à luta dos trabalhadores, levantando as bandeiras contra a reforma universitária e o Reuni.

A reunião também debateu a necessidade de avançar na organização do boicote ao Enade. Foram aprovadas a incorporação na campanha de boicote e a construção da campanha entre os estudantes. No final da reunião foram distribuídos os materiais da campanha.

CONSTRUIR UM CONGRESSO NACIONAL NAS BASES

Na discussão sobre o congresso, foi lembrada a importância de organizá-lo junto aos estudantes e entidades de base. "O movimento estudantil de luta precisa de um congresso que unifique suas lutas. Precisamos de um congresso construído pelas bases. Essa necessidade está colocada e teremos o desafio de transformá-la em realidade", afirmou Camila Lisboa, da Conlute.

Várias entidades já estão se organizando para realizar reuniões estaduais, municipais ou por universidade. Esses encontros devem ampliar para centenas de ativistas e entidades os debates da reunião nacional, discutindo as lutas de cada universidade, a jornada latino-americana e o boicote ao Enade. A conclusão desse debate naturalmente terminará na discussão do congresso e da construção de um instrumento de luta alternativo à UNE.

Esse é o desafio colocado. Reunir os ativistas de todo o país para discutir a continuidade das lutas e a construção do congresso para, a partir daí, organizarmos plenárias e encontros estaduais. Só assim poderemos ter um congresso que fortaleça as lutas e crie um instrumento nacional de luta alternativo à UNE.

PACOTE DE BUSH PARA CONTER A CRISE FALHA

PLANO GARANTIRIA US$ 700 bilhões a banqueiros

DIEGO CRUZ E JEFERSON CHOMA,
da redação

Por 228 votos a 205, o pacote do presidente George W. Bush para tentar conter a crise financeira foi rejeitado pela Câmara dos Deputados dos EUA.

O plano representava a maior intervenção do Estado na economia desde a depressão de 1929 e previa nada menos que US$ 700 bilhões em ajuda aos bancos com dificuldades. Desde o início da crise, o governo já despejou algo entre US$ 1 trilhão e US$ 1,5 trilhão nos mercados. O projeto, porém, gerou insatisfação na opinião pública. Cerca de 70% dos norte-americanos são contra.

A extensão do pacote de resgate das instituições financeiras dá uma idéia do tamanho da crise. Uma vez em prática, vai elevar o já gigantesco déficit norte-americano, previsto anteriormente em US$ 480 bilhões, sem conseguir conter as causas da crise. Significa na prática um Proer gigante, a jogada de FHC para ajudar os bancos em crise nos anos 90.

O plano de Bush prevê a compra pelo governo de títulos podres do mercado, ou seja, ações de hipotecas com poucas chances de serem honradas. Estima-se que tais ações serão compradas pelo dobro do valor que têm hoje.

CRISE QUE ALIMENTA CRISE

A rejeição do pacote de Bush não derrubou apenas as bolsas de valores em todo mundo. Também aprofundou uma crise política que já existia nos EUA e que agora realimenta a crise econômica. Sem a aprovação do pacote, aumentam a paralisia no crédito e o pânico crescente no mercado financeiro, que por sua vez aumentam a recessão e provocam outras falências. O desgaste das instituições políticas mais poderosas do mundo (como o governo e o Congresso dos EUA) se aprofunda com a continuidade da crise.

O imperialismo necessitava, neste momento, de um governo com autoridade para enfrentar a crise econômica. Mas Bush bate recordes de impopularidade em seu país, e seu plano de salvação dos bancos é visto com maus olhos por uma parte importante da população. Os deputados vão ter de enfrentar eleições em um mês e temem por suas carreiras.

Em menos de uma semana, Bush fez três pronunciamentos pedindo que o pacote fosse aprovado. Não foi ouvido sequer por seus partidários. Dois terços dos deputados de seu partido votaram contra.

Foi também uma derrota política compartilhada pelo próprio Bush com os dois candidatos à sucessão, o democrata Barack Obama e o republicano John McCain. Dias antes da votação, os dois presidenciáveis foram à Casa Branca, falaram com Bush e se comprometeram a dar apoio ao pacote.

Bush, além disso, deslocou as duas principais autoridades econômicas do país para aprovar o pacote no Congresso: o secretário do Tesouro, Henry Paulson, e o presidente do Fed (banco central dos EUA), Ben Bernanke.

Paulson chegou a se ajoelhar diante da presidente da Câmara, a democrata Nancy Pelosi, suplicando que ela viabilizasse um acordo entre os dois partidos. Para apoiar o projeto, os democratas realizaram algumas mudanças cosméticas e "douraram a pílula" com a inclusão de uma "limitação" no pagamento de indenizações a executivos dos bancos auxiliados. Mesmo assim, quase metade dos deputados democratas votou contra o projeto.

As bolsas de todo o mundo despencaram diante da rejeição do pacote. Só as ações negociadas na Bolsa de Valores de Nova Iorque se desvalorizaram, em apenas um dia, algo como US$ 1,2 trilhão. Foi a maior baixa de sua história.

Apesar da crise política, democratas e republicanos procuram aprovar de novo o plano com pequenas modificações que não mudem sua essência, que é salvar os lucros dos bancos com dinheiro público. Vão conseguir?

ROBIN HOOD ÀS AVESSAS

O plano do governo norte-americano, intitulado "Lei de Estabilização Econômica de Emergência de 2008", representa uma verdadeira transferência de dinheiro público para salvar os bancos. Bilhões para os banqueiros falidos e nada para os trabalhadores endividados, que podem perder seus empregos em breve.

Isso quando a economia dos EUA já enfrenta na prática uma recessão, com índices crescentes de desemprego, inflação e 1,7 milhão de famílias despejadas só em 2008.

O governo norte-americano e a grande imprensa lamentam e criticam a "especulação desenfreada" e a falta de fiscalização no mercado financeiro. Não existe, no entanto, "outro capitalismo", que não seja o neoliberalismo especulativo e parasitário. O megaprojeto de resgate, aliás, só joga mais água no moinho da especulação financeira.

Mas a crise tem sua base na economia real, na queda da taxa de lucro das empresas. O sistema financeiro e a especulação são utilizados para valorizar artificialmente o capital que já não encontra tanto retorno na produção.

Tal mecanismo, porém, tem efeito limitado. O projeto de Bush vai garantir dinheiro aos bancos, mas não segura a queda da taxa de lucro, assim como não reverte o desemprego e a inflação. Caso o plano seja aprovado, será possível segurar o aprofundamento da crise por um breve momento, mas ela estará longe de ser resolvida.

BRASIL JÁ SENTE OS EFEITOS DA CRISE

CRISE JÁ RESSUSCITOU AS REFORMAS sindical e trabalhista; ministro apresenta propostas para avançar nas reformas

Nas últimas semanas já dá para perceber uma mudança no discurso do governo Lula. Apesar de o governo orientar seus ministros a manter o tom de "otimismo", ninguém mais toca na tese do "deslocamento" da economia nacional da crise financeira e econômica.

Se antes Lula mandava os jornalistas perguntarem sobre a crise a Bush, agora já admite que ela "vai bater em todo mundo, da China ao Brasil".

A verdade é que já está batendo. Internamente, o governo já estuda reduzir as expectativas de crescimento de 2008 e do próximo ano. Ao mesmo tempo, o Banco Central já reviu para cima sua estimativa de inflação para esse período. Nem mesmo o maior projeto do governo Lula, o PAC, deve escapar.

Até a tão falada exploração do petróleo do pré-sal corre perigo. Segundo o presidente da Petrobras, José Sergio Gabrielli, a crise também vai afetar os investimentos na exploração da megajazida. Ele lembrou que os investimentos no pré-sal vão demandar empréstimos externos.

DEBANDADA

Só em setembro, os investidores estrangeiros já haviam mandado mais de R$ 750 milhões para fora do Brasil. Entre junho, julho e agosto, mais de R$ 16 bilhões saíram do país para cobrir parte do rombo causado pela crise internacional. Se no mercado financeiro a crise já é uma realidade no país, na chamada economia real a situação não é das mais tranqüilas. A crise internacional deve diminuir e encarecer o crédito bancário às empresas. Inúmeros projetos já estão sendo revistos.

Segundo reportagem da "Folha de S. Paulo", citando um estudo de Júlio Sérgio Gomes de Almeida, consultor do Iedi (Instituto de Estudos para o Desenvolvimento Industrial), 25% de todos os investimentos realizados no Brasil vêm do exterior. O governo afirma que o BNDES cobriria uma possível falta de crédito no país, mas o próprio banco reconhece que não tem condições de substituir o total de investimentos privados estrangeiros.

Com pouco crédito externo, as empresas pagam mais para conseguir empréstimos. Segundo o "Correio Braziliense", as empresas têm arcado com maiores custos para financiamentos, com juros de 28,4% em média ao ano, os maiores desde julho de 2006.

ENDIVIDADOS

Enquanto a crise avança, dados do Banco Central mostram que o brasileiro nunca esteve tão endividado. Segundo o relatório de inflação do terceiro trimestre, o crédito avançou 31,8% nos últimos 12 meses impulsionado pelo crescimento da economia. Em termos absolutos, bateu novo recorde: chegou a R$ 1,11 trilhão. Também foi recorde na comparação com o PIB (Produto Interno Bruto): passou de 24% em 2003 para 38% do PIB em agosto deste ano.

Os juros para os consumidores também aumentaram neste segundo semestre. Estão em média a 52,8% ao ano, também os maiores desde 2006. Ao mesmo tempo em que sobem os juros, sobe também a inadimplência, que está hoje em 7,5%. Os juros e a inadimplência são os maiores desde janeiro de 2007.

Tudo isso significa que os trabalhadores brasileiros estão mais endividados do que nunca e, com a crise que se avizinha, terão dificuldades para honrar seus empréstimos. Por isso, são criminosas as declarações do governo Lula de que a crise não chegará ao Brasil. O presidente mente aos trabalhadores que, enganados, poderão se endividar mais.

REFORMAS RESSUSCITADAS

O anúncio da crise já ressuscitou as reformas sindical e trabalhista, deixadas agora com o ministro de Assuntos Estratégicos, Mangabeira Unger. Ele apresentou no último dia 17 algumas propostas ao TST (Tribunal Superior do Trabalho) para avançar nas reformas. O ministro defendeu o "aprimoramento" da relação entre capital e trabalho.

Um estelionato eleitoral em curso

Ainda que a maioria dos trabalhadores ainda não perceba, a crise já é realidade. Em todos os acordos salariais deste segundo semestre, os patrões afirmaram que não poderiam conceder maiores reajustes devido à crise.

O governo e seus candidatos, assim como a oposição de direita, seguem fazendo promessas que sabem ser impossíveis de cumprir. Tal discurso representa um verdadeiro estelionato eleitoral, amparado na atual estabilidade da economia e nos altos índices de popularidade de Lula.

É necessário desde já um programa dos trabalhadores contra a crise. Isso não será possível sem uma profunda mudança na política econômica e a ruptura com o imperialismo. É preciso estatizar o sistema financeiro, impedindo a fuga dos lucros para as multinacionais, assim como o congelamento dos preços dos alimentos e a reposição automática dos salários de acordo com a inflação.

UM DURO GOLPE NA IDEOLOGIA NEOLIBERAL

A intervenção do governo dos Estados Unidos com a estatização do seu sistema financeiro deu um duro golpe em toda a propaganda ideológica do chamado livre mercado. Muitos líderes de Estado, como Lula e Nicolas Sarkozy, da França, estão dizendo que o neoliberalismo acabou. "É o fim do capitalismo laissez-faire. É o fim do mercado todo-poderoso", disse o francês. Mas eles sempre aplicaram a cartilha neoliberal em seus países. E não existe nenhum projeto capitalista alternativo hoje.

A superioridade das empresas privadas, consideradas muito mais eficientes que as estatais, e a auto-regulamentação do mercado (a chamada mão invisível), nunca existiram. Sob esse discurso privatizaram nossas estatais a preço de banana, impuseram políticas fiscais para garantir os pagamentos da dívida externa e os direitos dos trabalhadores viraram pó.

Mas a idéia de que o Estado deveria intervir menos na economia sempre foi mudada quando chegava a hora de salvar grandes empresas privadas em crise. O Estado sempre ajudou os grandes empresários a concentrar capital e escapar das crises.

A crise joga por terra o lixo que tomou conta do pensamento econômico e político nos últimos trinta anos, a ideologia neoliberal.

É claro que seus defensores vão tratar de reformá-la para que siga dando as cartas em todo o mundo. Afinal, será preciso que as pessoas voltem a acreditar na "força do mercado".

Agora é a hora de retomar o debate socialismo x capitalismo. A "vitória definitiva do capitalismo" está caindo ao chão, junto com os índices das bolsas de todo o mundo.

É hora de novamente fazer do socialismo a bandeira de milhões de trabalhadores. Um socialismo diferente do desastre burocrático do stalinismo, revolucionário. Essa é a única saída diante da exploração capitalista que conduzirá a humanidade fatalmente à barbárie.

CONSTRUIR UMA JORNADA LATINO-AMERICANA DE LUTAS ENTRE 12 E 18 DE OUTUBRO

EDUARDO ALMEIDA, *da redação*

Nestes dias em que a crise econômica internacional toma grandes dimensões, os trabalhadores e estudantes devem retomar uma tradição internacionalista. É inevitável que os capitalistas trabalhem para que os trabalhadores paguem com seus salários e empregos os custos dessa crise.

Esse é um motivo a mais para se integrar na Semana Antiimperialista, que será realizada em toda a América Latina entre os dias 12 a 18 de outubro. Esse evento foi definido no Encontro Latino-Americano e Caribenho dos Trabalhadores (Elac), ocorrido nos dias 7 e 8 de julho em Betim (MG).

A última reunião da coordenação da Conlutas, em 14 e 15 de setembro, definiu promover essa semana, buscando uma ação coordenada no continente contra o imperialismo, que se combine com as lutas concretas dos trabalhadores e estudantes.

Foram definidos dois eixos internacionais de mobilização: por um lado, a luta contra a ocupação militar do Haiti, o que inclui a retirada imediata das tropas brasileiras que em outubro devem ter sua presença renovada. Por outro lado, a solidariedade com os trabalhadores bolivianos em sua luta contra a ultradireita fascista. Entendemos que só a mobilização pode conseguir esse objetivo, e não os acordos promovidos pelo governo Evo Morales.

No Brasil serão realizadas muitas e diversas mobilizações sindicais, estudantis e populares, que combinarão as reivindicações específicas com as antiimperialistas. Em Brasília, o funcionalismo federal vai realizar no dia 16 um ato público em frente ao ministério do planejamento por aumento geral dos salários, contra a criminalização dos movimentos sociais, pela redução da jornada de trabalho sem redução de direitos. Logo depois farão uma manifestação em frente ao Ministério das Relações Exteriores contra a presença das tropas no Haiti.

No dia 17, operários da construção civil de Belém vão promover um seminário contra a criminalização dos movimentos sociais, junto com o MST. Em Minas Gerais ocorrerão atos durante a semana que envolve o movimento popular e sindical. Estão marcados atos e possibilidade de greves em cidades do interior na categoria metalúrgica.

E no dia 16 de outubro, junto com a Semana Antiimperialista, ocorrerá uma série de mobilizações do MST em defesa da soberania alimentar.

É hora de os sindicatos e entidades estudantis e populares se integrarem na preparação dessa jornada.

BEATRIZ SANTANA

UM ENCONTRO INÉDITO... QUE PODE SER HISTÓRICO

O Elac foi um encontro muito representativo do movimento sindical, popular e estudantil à esquerda na América Latina. Logo em seu início, a Internacional foi cantada com muita emoção em castelhano, inglês, português, guarani e russo por delegados de 21 países.

O Elac foi inédito porque pela primeira vez houve um encontro latino-americano fora dos aparatos stalinista e social-democrata e da democracia cristã.

A social-democracia promove a CSI (a nova central mundial resultante da fusão da CIOSL com a CMT), que está ligada aos governos imperialistas europeus e norte-americano. O stalinismo (como o PCdoB no Brasil, com sua CTB) e o governo Chávez apóiam a Federação Sindical Mundial (FSM). No encontro da FSM de maio passado, se definiu um manifesto de apoio ao governo Lula. A obediência a esses governos burgueses impede que essas centrais realmente tenham iniciativa nas lutas dos trabalhadores.

O Elac pode ter sido um encontro histórico, caso consiga se construir na América Latina como uma alternativa real do movimento de massas. Já em seu primeiro encontro reuniu entidades e o que de melhor existe no continente no movimento de massas independente dos governos das frentes populares e nacionalistas burgueses.

Estavam lá as entidades que convocaram o encontro: a Conlutas do Brasil; Batay Ouvriyé, do Haiti; Corrente Classista, Unitária, Revolucionária e Autônoma (C-CURA), da Venezuela; Tendência Classista e Combativa (TCC), do Uruguai; Central Operária Boliviana (COB), da Bolívia; Mesa Coordenadora Sindical (MeCosi), do Paraguai.

A Batay Ouvryié é a principal organização de resistência à invasão militar do Haiti. A C-CURA é a expressão da reorganização pela esquerda do movimento sindical venezuelano, agrupando dirigentes sindicais de peso no país que se opõem ao governo Chávez. Recentemente realizou uma plenária nacional com cerca de 200 sindicalistas e está concorrendo à direção da federação petroleira.

A TCC expressa o início da reorganização sindical à esquerda da PIT-CNT, central sindical uruguaia que apóia o governo de Tabaré Vasquez, como a CUT apóia Lula. Recentemente a TCC conseguiu uma vitória importante, sendo fundamental para a extensão de uma paralisação proposta pela PIT-CNT de 2 para 24 horas no país, na primeira greve nacional do país depois da posse de Tabaré.

A MeCosi, recentemente fundada, representa 48 sindicatos, mais do que a maioria das outras centrais do Paraguai, e já está à frente das primeiras mobilizações do funcionalismo público contra o governo Lugo.

A direção da COB boliviana, a central sindical de maior tradição em todo o continente, não pôde estar presente, mas estiveram no Elac representantes do sindicato mineiro de Huanuni, de grande peso no proletariado boliviano.

Além dessas entidades, também participaram do Elac representantes da Federação Estudantil da Costa Rica (principal entidade da juventude desse país) e da CGT costarriquenha, além de dirigentes sindicais de peso em seus países como Roni Cueto (um dos principais dirigentes mineiros do Peru); Tarquino Cajamarca, do Congresso dos Povos do Equador, que liderou uma luta contra as petroleiras e foi perseguido pelo governo de Rafael Correa; e Antonio Vidal, representante da luta dos trabalhadores da previdência, que recentemente fizeram uma marcha com mais de 20 mil pessoas no México.

Agora, todos esses setores estão preparando mobilizações em seus países ao redor da semana antiimperialista de 12 a 18 de outubro.

BEATRIZ SANTANA

BANCÁRIOS INICIAM GREVE

DA REDAÇÃO

Reunidos em assembléias, os bancários do Rio de Janeiro, Ceará, Maranhão, Rio Grande do Norte, Brasília e Bauru (SP) aprovaram o início da greve da categoria no dia 30 de setembro.

A data foi proposta nas assembléias pelo MNOB/Conlutas (Movimento Nacional de Oposição Bancária), contra a proposta da Contraf/CUT, que defendia apenas uma paralisação de 24 horas no dia 30.

A intenção dessas entidades era bem clara. Queriam fazer uma greve só depois das eleições de 5 de outubro. Mas isso só vai contra a vontade da categoria, que tem muita pressa em receber um aumento no salário e a PLR para se desafogar das dívidas.

"A Contraf/CUT não criou, em todo esse tempo, nenhum calendário de mobilização. Nosso indicativo forçou as outras bases a se mexer. Mas temos a clareza de que sozinhos essa greve não teria força. Por isso, nossa orientação é pela greve por tempo indeterminado a partir do dia 30", afirmou o coordenador-geral do Sindicato dos Bancários do Rio Grande do Norte, Liceu Carvalho. A entidade realizou a assembléia da categoria no dia 25.

PROPOSTA INDECENTE

Os banqueiros e o governo insistem em arrochar os salários dos bancários com um acordo rebaixado. Os bancos ofereceram reajuste de 7,5%, ou seja, 0,35% acima da inflação, cujo índice medido pelo INPC de setembro de 2007 a agosto de 2008 é de 7,15%. Enquanto isso, o lucro dos bancos não pára de crescer. A Caixa Econômica Federal, por exemplo, teve uma alta de 53,49% em seu lucro no primeiro semestre deste ano em relação ao ano passado. O HSBC teve alta de 41,12%.

Por tudo isso, a proposta dos bancos gerou uma enorme indignação na categoria, que responde agora com uma greve nacional.

SÃO PAULO

Em São Paulo a assembléia do dia 29 foi bastante dividida. A Oposição Bancária defendeu uma paralisação por tempo indeterminado no dia 30. A direção do sindicato, da Articulação Sindical, inicialmente propôs um acordo para a realização de uma greve e de uma assembléia no dia 30. Assim, a categoria poderia avaliar a evolução da greve nacionalmente e a continuidade da paralisação em São Paulo.

Mas a direção do sindicato recuou. Disse que vai paralisar os locais de trabalho por apenas 24 horas e deixou a assembléia confusa ao não reafirmar uma nova assembléia para o dia 30. A proposta do sindicato também foi defendida pelos integrantes da CTB (Central dos Trabalhadores do Brasil, ligada ao PCdoB) e da Intersindical.

"Infelizmente, mais uma vez o sindicato de São Paulo se torna um obstáculo para a luta dos bancários. Existe uma ameaça concreta de que os bancários de São Paulo não continuem na greve nacional", avalia Dirceu Travesso, da oposição e candidato a vereador pelo PSTU.

No dia 30, o Movimento de Oposição Bancária vai convocar os bancários para se reunir em frente ao sindicato para a realização de uma nova assembléia. Dessa forma, os bancários poderão avaliar o quadro nacional de greve e decidir por uma paralisação por tempo indeterminado se assim desejarem.

'NÃO VAMOS ESPERAR A CRISE'

Os banqueiros estão falando que há dificuldade em fazer uma concessão aos trabalhadores por conta da crise financeira americana. Por outro lado, o governo Lula faz bravatas dizendo que a crise é problema do Bush e que o Brasil vai muito bem. A Contraf/CUT segue o discurso do PT e repete a ladainha de que os bancos brasileiros não têm nada a ver com a crise norte-americana.

Mas se a crise se agravar nos EUA – como tudo está indicando -, a situação vai ficar muito mais difícil para a economia brasileira. Isso tornaria mais complicado um bom acordo para a categoria. Por isso, os bancários têm muita pressa em resolver a campanha salarial.

"Não vamos esperar pela crise, vamos à luta. As greves deflagradas no Rio de Janeiro, Ceará, Maranhão, Rio Grande do Norte, Brasília e Bauru indicam que há uma grande disposição de luta entre os bancários", avaliou Cyro Garcia, da oposição e candidato a vereador no Rio.

Assembléia no Rio Grande do Norte

REITORIA DA UERJ OCUPADA

ESTUDANTES OCUPAM REITORIA da universidade em defesa da educação

DA REDAÇÃO

No dia 10 de setembro, após duas assembléias convocadas pelo DCE que reuniram mais de 700 pessoas, os estudantes da UERJ decidiram ocupar a reitoria da universidade. A decisão foi tomada um dia depois da deflagração da greve dos professores da universidade.

Cerca de 300 estudantes participaram da ocupação. O movimento reivindica uma universidade pública gratuita e de qualidade, protesta contra o corte de verbas e exige a destinação mínima de 6% do orçamento estadual para a universidade. Recentemente, houve um incêndio e a queda de um bloco de concreto do telhado do campus Maracanã da universidade, devido à falta de manutenção.

O governador Sérgio Cabral (PMDB) se nega cumprir a destinação dos 6% do orçamento para a UERJ e corta verbas da universidade. O atual reitor, Ricardo Vieiralves (PT), não se coloca ao lado do movimento em defesa da universidade e apóia incondicionalmente a política de desmonte aplicada por Cabral. Os dois aplicam a política das parcerias público-privadas para submeter a universidade às diretrizes do mercado, privatizando o ensino, a pesquisa e a extensão.

Desde o início, a postura da reitoria do governo foi derrotar o movimento pela força. Diretores do DCE foram processados. Houve ameaça de reintegração de posse pela polícia e o movimento foi amplamente difamado, inclusive com a ajuda de estudantes ligados à direita e à UNE (PT e PCdoB). No entanto, a ocupação persiste com amplo apoio, inclusive de escolas de ensino médio e da UENF.

O sentimento é de que é possível arrancar conquistas. É necessário agora que o novo movimento estudantil da UERJ possa fortalecer a greve e avançar nas conquistas para a universidade.

Voto útil é o voto socialista

DA REDAÇÃO

Estamos na reta final das eleições municipais. É normal que, a essa altura da campanha, muitas pessoas que concordam com o programa e as candidaturas do PSTU hesitem em votar em candidatos que em geral não estão nos primeiros lugares das pesquisas de intenção de voto.

A pressão das candidaturas da burguesia e da grande mídia é para que as pessoas votem nos mesmos políticos de sempre. Mesmo a campanha pelo voto do TSE vai nesse sentido. É a seqüência de uma campanha eleitoral antidemocrática em que os candidatos da burguesia contam com amplos recursos e a conivência da imprensa e da Justiça.

Isso leva as pessoas a escolherem seus candidatos entre um concorrente do governo ou da oposição de direita, os que aparecem com possibilidades de ganhar. É o que se chama de "voto útil", ou seja, o voto no candidato que pode ganhar.

Diante disso, qual é a importância de votar nas candidaturas que se colocam no campo da classe trabalhadora? Para que serve votar num candidato de luta, socialista, se ele não tem tempo de TV nem recursos financeiros e não está nos primeiros lugares? Por que, enfim, votar no PSTU?

Voto útil é votar em um trabalhador como você

As candidaturas do PSTU estão inteiramente a serviço dos interesses dos trabalhadores. Ao contrário dos outros partidos, nossos candidatos não são políticos profissionais, mas trabalhadores bancários, carteiros, professores, metalúrgicos e estudantes, ou seja, ativistas já conhecidos nas lutas sindicais das categorias.

Qual é a utilidade de votar em um candidato que vai desaparecer assim que for eleito? Esses políticos dos partidos burgueses e do PT só aparecem nas eleições e depois desaparecem.

É preciso, ao contrário, colocar nas Câmaras Municipais trabalhadores que utilizem a tribuna parlamentar para defender as mesmas idéias que você defende, como o aumento geral dos salários e a reposição automática de acordo com a inflação.

É preciso eleger vereadores que estejam junto dos trabalhadores durante as greves.

É útil um voto dado em quem quer "se arrumar"?

A maior parte dos partidos e candidatos quer utilizar os mandatos de vereadores para se arrumar na vida, ganhando altos salários e participando das manobras da corrupção. Nunca estão a favor de acabar com os privilégios e altos salários para os prefeitos e vereadores.

Por isso, faça um teste, pergunte ao candidato o que vai fazer com o dinheiro do mandato. O PSTU defende que os parlamentares e prefeitos tenham salários iguais aos de um operário qualificado, e que tenham abolidos seus sigilos bancários. Junto com isso, que os corruptos e corruptores sejam presos e tenham seus bens confiscados.

Voto útil é o "mal menor"?

Em grande parte dos municípios, PT e demais partidos da base do governo polarizam eleitoralmente com os candidatos da oposição de direita, como PSDB e DEM. Diante dessa situação, muitos trabalhadores pensam se não é melhor escolher um "mal menor" para evitar a possibilidade do avanço da direita na prefeitura de sua cidade.

Trata-se, porém, de um falso dilema. Tanto PT quanto PSDB representam hoje a mesma política de destruição de serviços públicos através da Lei de Responsabilidade Fiscal, de terceirizações e toda a política que sustenta o neoliberalismo no país. A LRF, por exemplo, foi aprovada pelo governo FHC e mantida por Lula. Prevê um arrocho nas contas públicas e prioriza o pagamento da dívida pública contra investimentos na saúde e educação.

As prefeituras do PT, por exemplo, foram pioneiras nos processos de privatizações. Em Ribeirão Preto (SP), o então prefeito Antonio Palocci, eleito em 1992, abriu o capital da telefônica da cidade, a Ceterp, iniciando sua privatização. Mais recentemente, em Guarulhos (SP), a prefeitura do PT terceirizou a saúde pública. Porto Alegre conviveu por anos com uma prefeitura petista, aplicando a mesma política de antes.

Agora, diante do anúncio de uma grave crise econômica, tanto os candidatos do governo quanto os da oposição de direita prometem mundos e fundos que sabem que não será possível cumprir. As candidaturas do PSTU, ao contrário, não semeiam ilusão e propõem um programa contra os efeitos da crise sobre a classe trabalhadora.

Votar em um candidato do PT ou de um partido da base do governo Lula não é, portanto, votar num "mal menor", mas sim votar num mesmo mal.

Voto útil é votar só em candidato que pode ganhar?

As candidaturas da classe trabalhadora, normalmente, não aparecem nos primeiros lugares das pesquisas, principalmente pela falta de recursos e pelas medidas antidemocráticas das eleições. Os candidatos do PT ou do PSDB e DEM têm muito mais tempo de TV e dinheiro para sustentar campanhas caríssimas.

Isso desestimula muita gente a votar num candidato com poucas chances de ser eleito. Mas, se os trabalhadores votarem somente nos candidatos que "podem vencer", sempre se votará nos mesmos partidos de sempre. Nunca surgirá algo novo.

O mesmo PT que estimula o voto útil hoje foi vítima dele no passado. Os apoiadores do PMDB diziam que era necessário evitar "a vitória da direita" e por isso era errado votar no PT.

O voto, porém, pode servir como um importante apoio a um programa socialista. Ter uma boa votação, mesmo não se elegendo, significa um ponto de apoio muito importante para as lutas que os trabalhadores farão depois das eleições.

Voto útil é o dado nos candidatos que defendem o socialismo

Os candidatos do PSTU se orgulham de defender nestas eleições um programa socialista. Enquanto os outros partidos fazem promessas que sabem que não vão cumprir, nós defendemos um programa para mudar realmente o país. Denunciamos as privatizações e a corrupção e propomos, entre outras medidas, a municipalização e estatização do transporte público, assim como uma saúde pública e 100% estatal.

Um voto nas candidaturas do PSTU, portanto, representa um voto em defesa de um programa dos trabalhadores. Significa o fortalecimento de um projeto socialista para a sociedade. Um voto nas candidaturas da burguesia, pelo contrário, ajuda a legitimar um mandato contra os trabalhadores, a favor da privatização e de toda a política neoliberal que há anos é aplicada no país, desde o governo federal, passando pelos governos estaduais até as prefeituras e Câmaras Municipais.

Além disso, uma vez eleito, esse candidato socialista transformará sua tribuna parlamentar numa trincheira da classe contra esse sistema de exploração. Será um importante ponto de apoio às lutas.

A burguesia, a Justiça e a grande mídia sabem disso. Daí todo o esforço para esconder ao máximo os candidatos socialistas. Daí a facilidade com que a Justiça Eleitoral concede os "direitos de respostas" contra os programas do PSTU.

Por isso, no dia 5 de outubro, ajude a fortalecer um projeto da classe trabalhadora. Vote nos candidatos do PSTU e da Frente de Esquerda.

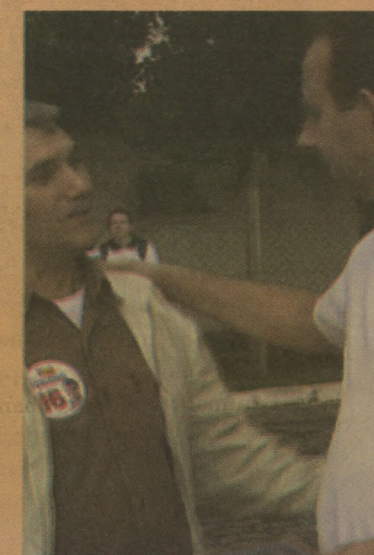
EM SÃO JOSÉ DOS CAMPOS, PSTU MOSTRA A IMPORTÂNCIA NO VOTO SOCIALISTA

"Voto no Toninho porque acho que o Estado tem que governar com o povo, não pra quem já tem muito dinheiro". A fala de Maria Regina, moradora de São José dos Campos (SP), expressa bem o apoio que a candidatura do PSTU vem recebendo na cidade, principalmente entre os setores mais pobres e explorados.

Na principal cidade do Vale do Paraíba e importante pólo industrial, três candidatos disputam a prefeitura. O atual prefeito e candidato à reeleição, o tucano Eduardo Cury, o deputado petista Carlinhos de Almeida e Antonio Donizete, o Toninho, do PSTU, candidato pela Frente de Esquerda (PSTU-PSOL).

TRÊS PROJETOS, DOIS CANDIDATOS

"Apesar de três candidatos, há nestas eleições apenas dois projetos", afirma Toninho. A disputa eleitoral na cidade expressa bem a verdadeira polarização, que não ocorre no terreno das pesquisas e sim nas propostas, no caráter de classe e na própria campanha das candidaturas. Cury privatizou a saúde na cidade, beneficia as empreiteiras que atuam no transporte público e tenta há anos expulsar as famílias pobres da ocupação do Pinheirinho.

Carlinhos não apresenta um projeto alternativo ao do PSDB. Aliado a partidos como o PMDB, o petista não se coloca contrário à terceirização da saúde pública, que está levando o caos ao sistema público da cidade. Pior, o PT em Guarulhos aplicou a mesma política que o PSDB em São José dos Campos. Já Cury, ao ser questionado sobre a privatização, afirmou que apenas seguia uma "*recomendação do governo federal*". Carlinhos disse que apenas iria "rever" a terceirização.

Antes do PSDB, o PT governou a cidade. A prefeita era ninguém menos que a ex-deputada Ângela Guadagnin, que se tornou nacionalmente famosa ao protagonizar a "dança da pizza" na Câmara dos Deputados no escândalo do mensalão. No governo de Ângela, manteve-se o monopólio do transporte privado nas mãos de três empresas, que só foi revisto agora por ordem da Justiça.

Já com relação à ocupação do Pinheirinho, uma das maiores do país, o candidato do PT chegou a dizer que "meu partido não participou nem apoiou a ocupação". Como se isso não bastasse, Carlinhos foi financiado pela construtora OAS durante as eleições para deputado. A empreiteira atua nas obras da Revap, a refinaria da Petrobras que reprimiu duramente os operários na última greve.

Os candidatos do PT e do PSDB, portanto, são financiados pelas grandes empresas, aplicam a mesma política e têm quase o mesmo discurso. A candidatura do PSTU é a única que não recebe financiamento de empresas, coloca-se frontalmente contrária às terceirizações e apóia ativamente a luta dos sem-teto, assim como todas as categorias, como os metalúrgicos e os operários da construção civil, que participaram de importantes mobilizações este ano.

"O PT e o PSDB não têm diferença nenhuma, vou votar no Toninho porque é o único que representa a classe trabalhadora", disse Raimundo Queirós Sampaio, operário da Revap que fez questão de abordar o candidato em pleno calçadão da cidade.

VOTO ÚTIL É O VOTO NO PSTU

Mesmo com uma campanha com poucos recursos e realizada sem cabos eleitorais, apenas com a militância do partido, o PSTU apareceu na última pesquisa divulgada na cidade com 4,2% das intenções de votos. Considerando apenas os votos válidos, Toninho aparece com 4,9%. Ao contrário do que poderia acontecer, as pesquisas mostram crescimento da candidatura socialista na reta final de campanha.

Apesar da polarização eleitoral entre PT e PSDB, a candidatura do PSTU cresce e tem amplo apoio entre a juventude e setores da classe trabalhadora. *"Votar na nossa candidatura é fortalecer um projeto da classe trabalhadora, votar no PT ou no PSDB é legitimar as políticas deles, para que depois elas se voltem contra a população"*, explica Toninho.

Mas não seria jogar o voto fora escolher um candidato que não está entre os primeiros colocados nas pesquisas? *"O Toninho é um cara que já está ligado à luta. Deixar de votar nele porque ele não está entre os primeiros nos índices de intenção de voto é um grande engano, é deixar de aproveitar uma oportunidade de renovação"*, afirma o estudante universitário Felipe Daniel.

BREVE HISTÓRIA DA CORRENTE TROTSKISTA MORENISTA NO BRASIL

PARTE 2

1978-1979: O MOVIMENTO CONVERGÊNCIA SOCIALISTA, AS GREVES E AS PROPOSTAS DO PS E DO PT

BERNARDO CERDEIRA,
da direção da LIT-CI

Os anos de 1978 e 1979 foram decisivos para a luta de classes no Brasil. Em maio de 1978, a greve da Scania iniciou uma onda de greves de metalúrgicos, professores, bancários e trabalhadores da construção civil que convulsiona todo o país até a derrota da grande greve dos metalúrgicos do ABC em 1980.

A força de uma nova e poderosa classe operária em luta golpeia o regime militar, obriga-o a acelerar a abertura, conceder a anistia e, um pouco mais tarde, permitir a legalização dos partidos políticos, principalmente o PT, que não estava em seus planos. Ao mesmo tempo, um setor da burocracia sindical, o chamado "sindicalismo autêntico" dirigido por Lula, procura encabeçar o movimento grevista e construir um projeto político e sindical próprio.

Nesses anos se abriu uma situação pré-revolucionária que preparou a queda da ditadura militar em 1984, com a campanha das "Diretas Já". Também se assentaram as bases para a construção do PT e da CUT, duas organizações que marcaram, para o bem e para o mal, o desenvolvimento da classe operária brasileira nesses trinta anos.

A Liga Operária (LO) e as organizações que a sucederam nesse período, o PST e a Convergência Socialista, tiveram um papel ativo e de vanguarda nesse processo, muitas vezes superior a suas forças e ao seu curto período de existência. Ao mesmo tempo, pagaram um preço por essas debilidades.

A LUTA PELA INDEPENDÊNCIA POLÍTICA DA CLASSE OPERÁRIA E A PROPOSTA DE UM PARTIDO SOCIALISTA

Desde seu nascimento, em pleno regime militar, a Liga Operária sempre polemizou – principalmente no movimento estudantil, através das tendências que dirigia, como o Novo Rumo Socialista na USP, Proposta na PUC-SP e Ponto de Partida na UFF – com PCB, PCdoB e outras organizações que defendiam a participação e o fortalecimento do MDB, partido burguês contra o regime militar.

A LO defendia a necessidade da organização de um partido da classe operária que oferecesse uma alternativa classista. Sustentava que esse passo seria muito progressivo para a classe operária brasileira que, até então, apenas uma vez (em 1946) pudera votar em um candidato de um partido operário, o PCB. Na maioria absoluta das vezes, por orientação do próprio PCB e por falta de alternativa, tinha sido obrigada a votar em partidos burgueses.

Depois das mobilizações estudantis de 1977, a Liga caracterizou que o regime militar seria obrigado a acelerar a política de "abertura" lenta e gradual de Geisel. Esse fato abriria espaço para uma atuação semilegal e um espaço de independência de classe que poderia ser ocupado por um partido operário. A direção caracterizou que esse espaço poderia permitir a construção de um partido socialista, aproveitando a "onda" mundial de crescimento desses partidos, particularmente o PS português, durante a Revolução dos Cravos, e o PSOE espanhol.

Aproveitando-se da dinâmica de crescimento da organização, que chegara a 250 militantes em dezembro de 1977, a direção da Liga aprovou um plano ousado. Em primeiro lugar lançou a idéia de um partido socialista projetando como porta-voz da proposta o jornal "Versus", um veículo da imprensa alternativa de cuja redação participavam militantes da Liga e que passara a apoiar de conjunto a idéia de um PS.

Em janeiro de 1978, "Versus" convocou uma reunião para discutir a proposta do PS e o lançamento de um movimento pró-PS. A reunião realizou-se no Tuca Arena da PUC-SP e contou com cerca de 300 pessoas. Aprovou-se a proposta de dar ao movimento o nome de Convergência Socialista.

1º de maio de 1979, no estádio da Vila Euclides

Em março, a Convergência Socialista ganhou notícias na "Folha de S. Paulo", em "O Estado de S. Paulo" e no "Jornal do Brasil" por realizar a primeira reunião pública de socialistas, no Colégio Equipe de São Paulo. Compareceram cerca de 800 pessoas. Muitos tiveram que escutar a reunião por meio de alto-falantes colocados nos corredores, já que o salão não comportava o número de presentes. Essa reunião foi seguida por outras no Rio de Janeiro, em Campinas e no ABC. Nos meses imediatos, a Convergência Socialista foi fundada em Pernambuco e no Rio Grande do Sul, onde a Liga Operária nunca tivera militantes.

Em março, a Liga Operária faz um congresso, muda seu nome para Partido Socialista dos Trabalhadores (PST) e decide atuar de maneira semi-legal através da Convergência Socialista e levar sua política por meio do jornal "Versus", que passa a ser vendido por todos os militantes, além da sua tiragem habitual em bancas, onde distribuía 30 mil exemplares.

Um mês e meio depois irrompe a classe operária no cenário político nacional. Pela primeira vez desde 68, organizações operárias comemoram o Primeiro de Maio abertamente: as oposições sindicais realizam um ato em Osasco e o Sindicato de Metalúrgicos de Santo André faz um ato que chega a reunir 2 mil operários. A Convergência Socialista participa com vários oradores no ato de Santo André, caracterizando que era uma expressão da corrente sindical "autêntica".

Alguns dias depois do Primeiro de Maio, a montadora Scania de São Bernardo entra em greve. Na seqüência, dezenas de fábricas metalúrgicas da região do ABC paulista param, uma atrás da outra, numa onda que se estenderia para São Paulo nos meses de junho e julho. Abria-se a mais importante onda de greves da história do país, que duraria até a derrota da grande greve metalúrgica do ABC de 1980.

Agosto de 1978: Primeira Convenção da Convergência Socialista, São Paulo/ SP

Versus
Especial

por enquanto empate mas...

A LUTA CONTINUA

a palavra da:

CONVERGÊNCIA SOCIALISTA

A Convergência, que já vinha intervindo no ABC, principalmente no Sindicato de Metalúrgicos de Santo André através de Zé Maria e outros quadros deslocados para a região, resolve publicar seu primeiro jornal legal em apoio aos grevistas. Sai um número especial do jornal "Versus" com o título "A palavra da Convergência Socialista" e tiragem de 10 mil exemplares.

Ao mesmo tempo, a CS começa a organizar sua participação nas eleições para governadores, deputados e senadores de 1978. A política era apoiar candidatos operários e socialistas, que só poderiam concorrer pelo MDB, o único partido de oposição que podia ter existência legal sob a ditadura militar. Para apoiar esses candidatos a CS exigia que concordassem com um programa e que defendessem publicamente a proposta de construir um partido socialista.

AS PRISÕES DA DIREÇÃO DA CS E DE MORENO

Durante todo o primeiro semestre de 1978, a CS aproveita o espaço da abertura da ditadura e trabalha em condições semi-legais. No entanto, sua direção, muito jovem e inexperiente, comete um grave erro: se impressiona com a força das lutas de massa e com algumas concessões "democráticas" do governo, que se transformam numa injustificável "confiança" na política de "abertura" do regime militar. A CS resolve realizar uma convenção e iniciar o processo de legalização do partido socialista. Embora a direção não pretendesse ir até o fim com o processo de legalização e sim usá-lo para pressionar os outros grupos para que se definissem pela construção do PS, o regime militar resolve dar um basta e impedir a legalização do PS, prendendo e processando sua direção.

Um dia depois da I Convenção Nacional da CS, que reuniu cerca de 1.200 pessoas numa escola do Cambuci, em São Paulo, no dia 20 de agosto de 1978, 24 militantes são presos, entre os quais a maioria do Comitê Executivo do clandestino PST.

A pior conseqüência desse erro é que Nahuel Moreno, o principal dirigente da Fração Bolchevique, que visitava o Brasil a convite da direção para conhecer a experiência da CS, também é preso. Sua prisão significava uma ameaça direta à sua vida já que Moreno, naquela época exilado na Colômbia, podia ser deportado pelo governo militar do Brasil para a Argentina, o que significaria uma morte segura nas garras da ditadura genocida daquele país.

Depois de uma campanha internacional e de mobilizações em todo o país, Moreno é expulso do país e enviado de volta à Colômbia. No entanto, oito dirigentes da CS, aos quais se somam outros dois mais tarde, permanecem presos até dezembro, sendo indiciados na Lei de Segurança Nacional e depois anistiados.

1979: A PROPOSTA DO PT, AS GREVES E A CRISE DA CS

Desde o fim do primeiro semestre de 78 estava evidente que o movimento Convergência Socialista estava limitado às forças da corrente trotskista-morenista. Os grupos e dirigentes social-democratas que em 1977 e nos primeiros meses de 78 falavam em construir um partido popular socialista haviam abandonado totalmente esse projeto para permanecer no MDB, agrupados em torno da candidatura de Fernando Henrique Cardoso a senador. Não queriam construir um partido próprio, socialista, e muito menos aceitavam uma Convergência Socialista dominada pelos trotskistas.

A proposta do PS tinha sido uma hipótese de trabalho, uma tática que não encontrou bases numa corrente real para desenvolver-se. Mas a luta por construir um partido operário e o combate pela inde-

pendência de classe tinha sido um acerto. E, não menos importante, a corrente trotskista-morenista havia aproveitado a proposta de construir um partido socialista e a atuação semi-legal para crescer. Suas forças passaram dos 250 militantes que a Liga Operária tinha em dezembro de 77 a 800 militantes da CS em fins de 78.

Mas agora era necessário elaborar um novo projeto de independência de classe. Esta discussão havia começado em agosto de 78 entre a direção do PST e Moreno, quando chegou ao Brasil e antes das prisões. Diante do surgimento da corrente sindicalista "autêntica" e da onda de greves, Moreno propôs que a CS lançasse a idéia de formar um partido dos trabalhadores. Infelizmente, as prisões interromperam esta discussão.

Em janeiro de 79, já com a direção fora da prisão, a CS decide abandonar a proposta de um PS para propor a construção de um partido dos trabalhadores. A proposta de construir um PT foi transformada numa moção e levada imediatamente ao congresso do Sindicato de Metalúrgicos de Santo André por José Maria de Almeida e aprovada. Em seguida, foi apresentada pelo próprio Zé Maria, que era delegado do sindicato de Santo André, ao congresso dos metalúrgicos do estado de São Paulo, realizado na cidade de Lins. O congresso a aprovou em 24 de janeiro de 79.

A Convergência Socialista foi, portanto, fato pouco conhecido, a primeira organização a propor publicamente a constituição de um partido dos trabalhadores.

A situação da luta de classes se polarizava: em março de 79, o governo Figueiredo assume sob o signo de novas e mais fortes greves dos metalúrgicos do ABC e do interior paulista (São José dos Campos, Jundiaí e outras cidades). A CS intervém ativamente nas greves do ABC, tendo um papel na direção da greve em Santo André, São Caetano e São José. Os próprios órgãos de repressão assinalam que a CS é a organização mais ativa a intervir nas greves. O ministro do Trabalho, Murilo Macedo, vai aos principais meios de comunicação para acusar diretamente a Convergência Socialista e outros grupos de esquerda de estar por trás do movimento grevista.

Contraditoriamente, num momento em que vivia seu período de maior crescimento e influência, explode uma forte crise interna, produto das contradições que vinham se acumulando desde 78. As prisões não conseguiram destruir a organização, mas abriram uma forte crise no PST e conseqüentemente também na CS, porque as duas organizações haviam se transformado numa só, já que a direção do PST que assumiu provisoriamente durante as prisões decidiu dissolver sua estrutura clandestina por razões de segurança.

No princípio, a crise se abre em torno da necessidade de fazer um balanço das prisões e dos erros políticos do ano de 78, mas depois se estende a outros temas como a discussão sobre a legalidade, o funcionamento do partido e da direção, etc. A dissolução do PST acrescentou um elemento democrático à crise porque não houve discussão na base. Quando a direção sai da prisão não convoca imediatamente um congresso para fazer um balanço dos erros que levaram às prisões e suas conseqüências, desconsiderando a orientação da direção internacional da Fração Bolchevique nesse sentido. Ao contrário, a direção busca responder a uma situação nacional cada vez mais complexa e aguda de maneira auto-suficiente ou nacional-trotskista.

Durante todo o ano de 1979 se desenvolve uma profunda discussão interna. O congresso da CS em outubro de 1979 é o ponto culminante dessa grave crise. Apresentam-se cinco frações e logo após o congresso três delas rompem com o partido. A organização que saltara de quatro militantes a 800 em apenas quatro anos (74 a 78) voltava a ter cerca de 350 militantes.

Terminava assim um período muito rico da história da corrente trotskista-morenista no Brasil. A CS havia superado a prova de se constituir como uma organização revolucionária que fosse uma alternativa ao reformismo do PCB e do PCdoB, lutando pela independência da classe operária e ao mesmo tempo construindo uma organização revolucionária nos moldes do partido bolchevique, rejeitando a concepção do "foco" ou do partido-exército guerrilheiro. No entanto, pagara um alto preço por esse rápido crescimento e sofrera sua primeira crise importante.

LIT-QI

Correio Internacional

PUBLICAÇÃO DA LIGA INTERNACIONAL DOS TRABALHADORES – QUARTA INTERNACIONAL (LIT-QI) – WWW.LITCI.ORG

Evo Morales capitula novamente

ANTÔNIO CRUZ/AG.BRASIL

Após vários dias de extrema tensão no confronto entre o governo de Evo Morales, os prefeitos (governadores) e a burguesia de extrema-direita da Meia Lua, a situação foi para uma negociação oficial entre o governo e esses prefeitos (agrupados na Conalde – Coordenação Nacional Democrática) para chegar a um acordo.

Segundo a imprensa internacional, essa negociação representa a única saída possível para evitar uma guerra civil no país. Ao mesmo tempo, afirma-se que ela equilibra os interesses de ambas as partes, que deverão ceder algo para atingir o acordo.

No entanto, a realidade mostra que essa negociação e seu possível resultado representam, em realidade, uma nova capitulação de Evo e podem permitir um triunfo da burguesia de extrema-direita.

Basta ver os pontos que serão assinados no acordo. Por um lado, a burguesia da Meia Lua compromete-se com o fim dos bloqueios, a devolução dos edifícios ocupados e a aceitação da detenção e do processo contra o prefeito de Pando, Leopoldo Fernández (não pelas dezenas de assassinatos pelos quais é responsável, mas apenas pela "violação do estado de sítio").

Por outro, o governo nacional aceitaria adiar o referendo para aprovar o projeto de Constituição elaborado pela Assembléia Constituinte (considerado "excessivamente indigenista e estatista" pela burguesia da Meia Lua) e discutiria seu conteúdo na mesa de negociações; ademais, compromete-se a restituir os prefeitos com parte do IDH (Imposto por Direitos de Hidrocarbonetos - gás) e "aprofundar as autonomias".

Em outras palavras, com a mudança de pontos que dizem respeito a seu pleno direito legal e político (que não deveriam estar, portanto, sujeitos a nenhuma negociação), o governo de Evo concederia todas as reivindicações da burguesia da Meia Lua. A pregunta é: por que isso ocorre?

O que é a burguesia da Meia Lua?

Na Bolívia denomina-se Meia Lua a região que abarca os departamentos de Santa Cruz, Beni, Pando e Tarija, que agregam pouco menos de um terço da população do país. Esses departamentos possuem uma parte muito importante das riquezas naturais bolivianas (petróleo, gás, ferro, produção de soja e carne), além de gerarem quase 60% do PIB nacional e mais de dois terços de suas exportações.

Um desenvolvimento que se deu nas últimas décadas enquanto a economia do resto da Bolívia (o altiplano central) se estancava ou retrocedia. Essa realidade levou as burguesias regionais a impulsionar as reivindicações de um suposto "direito de autonomia" dentro de Bolívia que, inclusive, ameaça dividir o país.

Não se trata de uma justa reivindicação de uma nacionalidade oprimida contra o país opressor. Pelo contrário, trata-se de reivindicações reacionárias de um setor burguês muito poderoso que deseja essa "autonomia" para negociar diretamente com o imperialismo e os países mais fortes da região, como o Brasil. Dessa forma, pretendem entregar as riquezas do país e conseguir uma fatia maior dos lucros, eliminando a intermediação do poder central de La Paz e, ao mesmo tempo, se livrando do "altiplano indígena, pobre e revoltoso".

Segundo um artigo da agência Econoticias Bolívia, os donos da região são "cerca de 100 poderosos clãs familiares, que controlam a agroindústria, o comércio exterior, os bancos e os grandes meios de comunicação". Esses clãs empresariais familiares possuem gigantescos latifúndios que, de acordo com um relatório do Programa de Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD), somam ao todo 25 milhões de hectares.

Essa coalizão de "poderosos autonomistas" é encabeçada pela burguesia cruzenha, a mais forte e dinâmica do país, com um projeto político próprio que vem impulsionando há anos. Alguns de seus membros são de uma origem européia bem mais recente. Seu principal dirigente, Branko Marinkovik, é filho de um imigrante croata. Além de latifundiário (possui 26 mil hectares), tem grande peso na produção e exportação de soja e é diretor da poderosa empresa Transporte de Hidrocarbonetos, que opera os 6 mil km de gasodutos e oleodutos que chegam a Brasil, Argentina e Chile. Metade do capital dessa empresa pertence às empresas Exxon e Shell.

Um projeto ultradireitista

Baseadas nesse poder econômico, as burguesias da Meia Lua já conseguiram, pela via eleitoral, o poder político de seus departamentos. Assim, tentam armar seu "próprio Estado", com seu próprios parlamento e polícia e conseguir o controle absoluto sobre as riquezas da terra, hidrocarbonetos, impostos, educação, etc.

É um projeto que adota uma ideologia profundamente racista, de desprezo para com os "índios". Isto é, a maioria da população boliviana de, inclusive, suas próprias regiões. Mas esse caráter ultradireitista não fica só na ideologia, também se expressa em sua ação.

Os "comitês cívicos" formados por essas burguesias regionais e organizações como a União da Juventude Cívica Cruzenha (UJC) utilizam métodos fascistas (de guerra civil) para reprimir as massas, especialmente os camponeses da região. Os recentes assassinatos de dezenas de camponeses em Pando são um exemplo disso. No caso da UJC, a organização está formada pelos filhos dos empresários e latifundiários, mas também incorpora jovens de classe média, ansiosos por escalar socialmente.

A burguesia da Meia Lua conseguiu ganhar uma importante faixa das classes médias regionais para seu projeto. Ao mesmo tempo, as eleições mostram que ela tem o respaldo eleitoral de setores de massas. O que não é claro ainda é se esse apoio é para o conjunto de sua política e seus métodos ou expressa só uma confusão temporária frente às promessas de melhoria de sua vida com a "autonomia".

O projeto ultradireitista conta com o respaldo do governo dos EUA. Algo que ficou claro com as estreitas relações de Phillip Goldberg, embaixador expulso pelo governo de Evo, com Marinkovic e também com o financiamento que a agência norte-americana de cooperação Usaid dá aos políticos ultradireitistas da Meia Lua. Possivelmente também conte com o apoio de setores da burguesia brasileira com fortes interesses na região, através da Petrobras e da produção de soja (33% das terras estão nas mãos de burgueses brasileiros ou testas-de-ferro).

"Guarda da honra", da União da Juventude Cívica Cruzenha (UJC) que utiliza métodos fascistas

AS CAPITULAÇÕES DE EVO

Esse projeto ultradireitista cresce aceleradamente: já controla parte do país, ameaça a produção de gás e está se impondo frente à impotência do governo. Por isso, tal como assinala a recente declaração da LIT-QI, nos perguntamos: *"Como é possível que isso ocorra num país que viveu, nestes últimos anos, duas revoluções que derrubaram governos de direita? Como pode ter tanta força este movimento num país onde, há menos de dois meses, o presidente obteve quase 70% dos votos para confirmar seu mandato num referendo revogatório?"*.

"A única explicação possível é a política conciliatória do governo. Evo se recusou a reprimir o movimento de ultradireita e mobilizar as massas, enquanto há pouco tempo não duvidou em reprimir duramente a luta dos mineiros de Huanuni em luta por sua aposentadoria e outras reivindicações, matando vários operários. A todo momento, Evo busca acordos ou pactos com a burguesia da Meia Lua para governar conjuntamente o país. Negou-se a mandar tropas aos departamentos para recuperar os edifícios públicos ocupados, utilizando a justificativa de 'não derramar sangue'", dissemos em nossa declaração.

Mas dezenas de camponeses e indígenas já foram assassinados na Meia Lua pelos bandos ultradireitistas. Seu sangue já está sendo derramado. Não é esta, portanto, a verdadeira razão da política de Evo. Para nós, a explicação profunda dessa política é que, além de sua origem camponesa e indígena e de que a maioria do povo boliviano o veja como "seu governo", Evo encabeça um governo burguês que busca defender o sistema capitalista e o Estado burguês boliviano e evitar o aprofundamento dos processos de mobilização de massas que ameaçam se enfrentar com seu governo. Por isso, apesar de ser atacado duramente pela burguesia da Meia Lua e pelo imperialismo, faz questão buscar a conciliação com eles.

A CONCILIAÇÃO FORTALECE A ULTRADIREITA

Já ficou claro que a "conciliação" impulsionada por Evo só conseguiu deixar o campo aberto para a ultradireita. Primeiro, ela ganhou os departamentos das Meia Lua para desenvolver a fundo seu projeto. Agora, se fortalece cada vez mais, ocupando o vazio de poder deixado pelo governo.

Pior ainda, essa política conciliadora tenta paralisar e desmoralizar uma possível reação das massas, que seriam a única força capaz de enfrentar e derrotar a ultradireita. É uma política que só pode ser qualificada de "suicida" e da qual a direita se aproveitará com novos ataques, apesar do acordo assinado com o governo, que consolida seus avanços.

É NECESSÁRIO SE ORGANIZAR PARA ENFRENTAR A DIREITA NAS RUAS

Fortalecida por essa vitória, a ultradireita vai querer seguir avançando e repetirá os métodos violentos que até agora lhe deram tão bom resultado. Os assassinatos de Pando mostram o que será o futuro boliviano se a ultradireita se impor. Se o governo de Evo não está disposto a combatê-la a fundo, o povo boliviano deve se mobilizar e exigir que o presidente o faça.

Mas não pode esperar passivamente a resposta de um governo que, até agora, sempre optou pela conciliação. Para enfrentar e derrotar a ultradireita é necessário que os trabalhadores e as massas bolivianas desenvolvam sua própria mobilização autônoma e se organizem para isso.

Por isso, reivindicamos a declaração votada pelos mineiros de Huanuni: *"Prisão de todos os sediciosos! Fora de nosso país! Façamos com estes fascistas o mesmo que o presidente fez com o embaixador dos Estados Unidos! Basta de mortos mineiros e camponeses! Basta de atentados contra o país! Basta de latifundiários e oligarquias querendo mandar na Bolívia! É necessário frear a violência da oligarquia. Temos que retomar as mobilizações e fazer valer a 'agenda de outubro', que propõe lutar pela expropriação dos latifundiários do Oriente boliviano, terra aos camponeses e indígenas e por uma verdadeira nacionalização do gás e das mineradoras. Não ao racismo e à discriminação de nossos irmãos! (...) Pela unidade do povo na luta contra os divisionistas e para frear a escalada de violência, o único caminho é mobilizar operários e camponeses para derrotar a oligarquia"*.

Uma proposta totalmente possível, tanto pela combativa história como pela realidade atual do povo boliviano. Inclusive quando a maioria ainda confia e apóia o governo de Evo. Por todos lados surgem mobilizações que mostram sua disposição de enfrentar e derrotar a ultradireita.

Foi o caso das mobilizações convocadas em El Alto pela COB, que reuniram dezenas de milhares de pessoas em La Paz, e o bloqueio da estrada Cochabamba-Santa Cruz por parte dos camponeses do Chapare. Ou dos habitantes de Plan 3000, bairro pobre de Santa Cruz, com 300 mil habitantes constantemente atacados pelos bandos fascistas dos "cívicos", que começaram a se organizar e se defenderam dos ataques.

Foram estas mobilizações, geradas em grande medida pelo repúdio ao massacre de Pando, que obrigaram o governo de Evo a ter um discurso mais "duro" e adotar uma medida para dar uma satisfação a essa base com a detenção do prefeito de Pando. Foi isso também que impediu o governo entregar até agora as "autonomias das nações originarias" incluídas no projeto de Constituição, nas negociações com a oligarquia.

PARA QUE A COB ENCABECE A LUTA DEVE TER INDEPENDÊNCIA DO GOVERNO

Só a classe operária à frente das massas camponesas, indígenas e populares pode derrotar a direita, sem nenhuma confiança e com total independência em relação ao governo que se concilia com a ultradireita.

Nesse sentido, o papel da COB é central. Mas essa organização apóia o governo de Evo. Seu secretário-executivo, Pedro Montes, acaba de assinar o "Acordo pela defesa da democracia, da unidade e da integridade do país" com o governo, em nome da COB, junto com dirigentes camponeses como o líder do Alto, Edgar Patana, que sempre estiveram com o governo.

O objetivo desse pacto seria *"a defesa da unidade do país e a defesa da democracia afetada por um golpe civil"*. Ao mesmo tempo, repudia "o ódio e o racismo fascista e neonazista e a atitude dos prefeitos e dirigentes neoliberais".

Mas o texto inclui claramente "o respaldo à atitude revolucionária" do presidente Evo em sua resposta à burguesia da Meia Lua. Isto é, o acordo, baseado na necessidade de enfrentar a burguesia, coloca a COB numa frente de apoio ao governo de Evo e sua política conciliadora. Com a manutenção desse acordo, será impossível que a COB seja a direção da qual precisam as massas bolivianas para derrotar a ultradireita.

•Continua na próxima página

Por isso, compartilhamos as críticas que fizeram os setores mais combativos da COB, que não foram consultados. É o caso de Guido Mitma, secretário-executivo da Federação de Mineiros, que declarou que a assinatura do acordo era "unilateral e inorgânica" e que comprometia "a independência política dos trabalhadores". Também questionou "o diálogo e as negociações que realiza o presidente Morales com a oligarquia" e agregou: "Os mineiros assumem o compromisso de preservar a integridade do território nacional e da democracia. Mas o diálogo e as concessões à oligarquia não trarão nada bom para os trabalhadores e o país. (...) Pelo contrário, é preciso aprofundar a 'agenda de outubro' que consiste na nacionalização real dos recursos naturais não renováveis que ainda seguem em mãos das multinacionais, na expropriação dos imensos latifúndios no Oriente, na distribuição de terras entre os camponeses e indígenas pobres, e na melhora nas condições de trabalho e de vida dos trabalhadores".

Para isso, é necessário retomar a gloriosa tradição dos mineiros na Revolução de 1952 (especialmente a das milícias operárias da COB), das mobilizações de 1985 e dos levantes triunfantes de 2003 e 2005, quando os operários e setores populares enfrentaram e derrotaram a repressão armada nas ruas.

Os mineiros, que criticaram duramente a assinatura do acordo com o governo, devem lutar para que a COB rompa esse pacto e faça um chamado a todos os sindicatos, organizações camponesas, populares e democráticas a formar uma grande frente única para enfrentar os fascistas por meio da ação direta. É necessária uma grande mobilização nacional de massas para derrotar a direita.

Além disso, é evidente que não se pode enfrentar os grupos fascistas com palavras ou atos públicos. É necessário defender-se deles nas ruas, utilizando métodos de ação direta. É urgente que os sindicatos e as organizações camponesas organizem milhares de grupos de autodefesa entre os mineiros, os camponeses, os operários da indústria e os setores populares, retomando a gloriosa tradição das milícias da COM de 1952. Esse é o único caminho para derrotar a ultradireita e as organizações fascistas.

A NECESSIDADE DE APOIO INTERNACIONAL

O projeto da ultradireita da Meia Lua representa uma grande ameaça não só para as massas bolivianas, mas também para o movimento operário e os povos de toda a América Latina. Trata-se de um "ensaio" que, se triunfar, poderia se repetir em outros países e regiões "conflitivos". Por isso, é imprescindível derrotá-lo e dar o apoio de todo o continente ao povo boliviano. Ajudemos a derrotar esse projeto ultradireitista antes que ele se fortaleça mais e se estenda a outros países.

A tarefa imediata é rodear o povo de ações de solidariedade e de rejeição ao projeto ultradireitista, como as mobilizações que já se realizaram na Argentina, no Equador, no Uruguai e no Brasil. Também a proposta da Conlutas de tornar a solidariedade ao povo boliviano e o repudio à ultradireita um dos eixos centrais da Semana Antiimperialista que o Elac (Encontro Latino-Americano e Caribenho dos Trabalhadores) vai realizar em outubro. A LIT-QI compromete todo seu apoio a essas ações.

ANTÔNIO CRUZ/AG.BRASIL

O VERDADEIRO PAPEL DA UNASUL

Acima: Lula em reunião da Unasul | Abaixo: Mulher protesta em frente à frase "Evo assassino"

Criada em maio deste ano, a Unasul (União de Nações Sul-Americanas) acaba de ter seu "batismo de fogo" com a reunião de presidentes dos países integrantes em meio à crise boliviana.

Na reunião ficou claro o peso central que tem o Brasil na região. Inicialmente impulsionada pelos países mais favoráveis a Evo Morales (Venezuela, Argentina e Chile), a reunião só esteve garantida quando o presidente brasileiro, Lula, confirmou sua participação.

Para participar ele impôs condições: que a reunião fosse pedida por Evo e que estivesse orientada para um "diálogo conciliador" com a burguesia da Meia Lua. O objetivo era atingir uma "solução negociada e sustentável" cujo conteúdo, basicamente, é o acordo que assinará Evo com a oposição. Não é casual que o diário espanhol "El País" tenha informado a reunião com o título: "*Lula toma as rédeas da crise boliviana*".

A posição de Lula era plenamente favorável à burguesia da Meia Lua. Para que não fiquem dúvidas vejamos uma declaração de Marco Aurélio Garcia, assessor especial do governo para as Relações Exteriores: "*Em nossa avaliação, há um aspecto negativo e outro positivo. (...) O negativo foi a ordem de prisão para o governador de Pando, Leopoldo González. O positivo foi o estabelecimento de uma agenda de negociação entre governo e oposição em torno de três pontos: mudanças no projeto constitucional, autonomia dos departamentos e impostos*" ("O Estado de S. Paulo", 17/9/08).

Para o governo brasileiro é "negativa" a prisão de um governador responsável pelo assassinato de dezenas de camponeses por parte de bandos fascistas e é "positivo" que o governo aceite capitular a todas as reivindicações da burguesia da Meia Lua.

É a partir dessa posição do governo Lula que se deve perceber o significado da reunião e da declaração da Unasul. Se por um lado ela respalda o governo de Evo frente a "qualquer tentativa inesperada de divisão do país", ao mesmo tempo o objetivo de fundo da reunião foi garantir a negociação dessa nova capitulação de Evo à ultradireita.

A Unasul nasceu com a suposta intenção de ser uma organização internacional diferente da OEA, mais independente dos EUA. Diante da situação boliviana, a Unasul poderia demonstrar rapidamente essa "independência". Por exemplo, expulsando todos os embaixadores norte-americanos dos seus países, como fizeram os governos de Evo e Chávez. Além de romper relações diplomáticas com EUA, enquanto o governo desse país mantiver o respaldo à burguesia da Meia Lua.

Mas, longe de tomar essas mínimas medidas políticas independentes, hoje os representantes da Unasul, junto com a OEA, a ONU e a Igreja Católica, estão na Bolívia como observadores para "santificar" a capitulação de Evo.

O QUE É O FASCISMO E COMO COMBATÊ-LO?

Nas últimas décadas generalizou-se uma tendência na esquerda mundial de definir como "fascista" todo movimento, governo ou político reacionário de direita. DesSa forma, chamavam de "fascistas" desde o governo de Bush até numerosos movimentos, organizações e governos em todo o mundo.

Essa generalização abusiva, iniciada pelo stalinismo durante o período em que surgiu o fascismo europeu (as décadas de 1920 e 1930), impede a compreensão das verdadeiras características do fascismo e, portanto, a proposição de políticas e métodos adequados para lutar contra ele.

O mais grave, porém, é que quem utiliza de modo generalizado a definição de "fascista" não aplica as lições históricas sobre como os trabalhadores e as massas deveriam combater o verdadeiro fascismo. Assim, suas propostas políticas confundem ainda mais o movimento de massas.

Atualmente, esse debate desenvolve-se ao redor da discussão sobre as características do movimento político impulsionado pela burguesia da Meia Lua na Bolívia. Para melhor abordar esse tema específico, nos parece oportuno refrescar algumas definições de León Trotsky, que mais seriamente estudou o fenômeno do fascismo e realizou as propostas mais acertadas de como derrotá-lo. Especialmente na série de artigos escritos ao longo da década de 1930, reunidos na obra "A luta contra o fascismo na Alemanha".

VEJAMOS ALGUMAS DEFINIÇÕES DE TROTSKY:

a) Ele define o fascismo como um movimento político impulsionado e a serviço dos setores mais concentrados do capital financeiro e monopolista, que recruta a pequena-burguesia desesperada e pauperizada pela crise, os operários atingidos pelo desemprego e elementos lúmpens para atacar e derrotar o movimento operário e de massas com métodos de guerra civil.

b) As organizações fascistas são, inicialmente, marginais ou pequenas. Mas rapidamente podem adquirir um peso de massas devido ao aumento do desespero desses setores que os empurra até a direita. E também na medida em que a perspectiva da revolução socialista não se concretiza e, portanto, a classe operária se debilita enquanto alternativa de direção à crise.

Nesse sentido, Trotsky assinala, em 1930, que, "*se o Partido Comunista é o partido da esperança revolucionária, o fascismo, enquanto movimento de massas, é o partido da desesperança contra-revolucionária*".

A LUTA PELA PEQUENA-BURGUESIA

Por isso, a política que propõe Trotsky para combater o fascismo se concentra em duas questões principais. A primeira é que essa batalha era, em grande parte, uma luta do movimento operário para ganhar para seu campo a pequena-burguesia ou setores importantes dela. Em épocas de crises e de processos revolucionários, esse complexo setor social (incapaz de ser o sujeito social de uma saída própria) oscila entre a classe operária e a burguesia, entre a esquerda e a direita.

Se a classe trabalhadora aparece como um claro pólo independente e oferece uma possibilidade verdadeira de revolução socialista, ganhará para essa perspectiva um importante setor pequeno-burguês. Aqui entra em jogo um fator fundamental: a existência de uma direção revolucionária (ou uma alternativa de direção) que impulsione essa política.

Mas, se a classe operária não oferece uma clara alternativa e a perspectiva da revolução socialista se diluir, o fascismo ganha setores crescentes e se fortalece cada vez mais. Em outras palavras, o crescimento das organizações fascistas é inversamente proporcional à força de atração da classe operária e suas organizações.

Por isso, Trotsky criticou duramente a política de impulsionar os governos de "frente popular" (como os da França e Espanha nos anos 30) que o stalinismo passa a adotar. Isto é, governos burgueses integrados pelas organizações e pelos partidos operários junto com setores não fascistas da burguesia. Trotsky qualificou a frente popular como "a penúltima tentativa da burguesia para frear a revolução, antes do fascismo".

Ele alertava que, longe de ajudar a derrotar o fascismo (como diziam o stalinismo e a social-democracia), as frentes populares, por sua política de conciliação de classes e tentativas de esmagar as mobilizações de massa, só ajudariam nesse sentido, como ocorreu na Espanha em 1939.

Trotsky propunha que, além da possibilidade de realizar ações unitárias pontuais com setores burgueses para combater o fascismo, a única política revolucionária para os partidos e as organizações operárias era a de não depositar nenhuma confiança nem dar nenhum apoio a esses governos. Devia-se manter a mais absoluta independência e autonomia política tanto para combater o fascismo, como o conjunto da burguesia e o próprio governo. Qualquer forma de apoio a esses governos, incluídas aquelas indiretas ou envergonhadas, levariam à derrota da classe operária e abririam o caminho do triunfo do fascismo.

A NECESSIDADE DE COMBATER O FASCISMO NAS RUAS

O segundo aspecto central de sua proposta resume-se numa frase contundente: "Com o fascismo não se discute. Com o fascismo se combate". Não se podia atuar com o fascismo da mesma forma como com outras correntes, disputando sua influência entre os trabalhadores e as massas através da atividade política tradicional.

Para Trotsky o centro da ação dos trabalhadores devia estar na luta física, no combate militar com os bandos fascistas. Para isso, propunha a formação de grupos de autodefesa e milícias operárias, capazes de defender os bairros, sindicatos, greves e mobilizações operárias contra os ataques fascistas. Na medida que houvesse triunfos parciais nesses combates, isto reforçaria a confiança e a determinação dos trabalhadores e iria desmoralizando as bases fascistas, permitindo assim passar a uma ofensiva mais generalizada para destruir essas organizações.

Muito relacionada com a anterior está a proposta de formar uma frente única das organizações operárias (centralmente de comunistas e social-democratas, os dois grandes partidos operários da Europa nessa época). Essa frente tinha como objetivo dar uma resposta conjunta da classe aos ataques fascistas. Ao mesmo tempo, buscava impulsionar as lutas unificadas contra os ataques econômicos da burguesia (queda do salário pela inflação, desemprego, etc.) na perspectiva de que essas lutas fossem o início da luta mais estratégica pela revolução socialista.

ANTONIO CRUZ/AG. BRASIL

No departamento de Santa Cruz, manifestantes protestam contra o governo local

ALGUMAS LIÇÕES PARA A BOLÍVIA ATUAL

Com esse marco teórico-político abordemos, agora, a situação boliviana. É necessário incorporar um elemento: a Bolívia não é um país imperialista, mas uma semicolônia muito pobre. Isto é, não se trata de um movimento impulsionado diretamente pela burguesia monopolista mais concentrada (a imperialista), mas por uma burguesia profundamente dependente. Recordemos que Trotsky, ao comparar as formas que adotavam os regimes políticos na América Latina e nos países imperialistas nos anos de 1930, sempre destacou essa diferença e utilizou denominações diferentes para expressá-las: bonapartismo sui generis, semi-fascismo, etc.

Independentemente dessas considerações teóricas, é evidente que o projeto político da burguesia da Meia Lua desenvolveu fortes características fascistas. Em primeiro lugar, é a resposta do setor mais forte da burguesia do país a um processo revolucionário que não foi derrotado, mas que, ao mesmo tempo, não avança para uma revolução operária socialista. Em segundo lugar, coexiste com um governo de frente popular considerado "inimigo", sem que isso lhe impeça de aproveitar sua política conciliadora para se fortalecer. Ao mesmo tempo, sua ideologia é claramente racista e de desprezo com os "índios".

O central, porém, é que, tendo conseguido o poder departamental, essa burguesia impulsiona e se apóia em organizações como a União Juvenil Cruzenha e ganha setores da pequena- burguesia para atacar o movimento de massas com métodos de guerra civil. Não só os trabalhadores e os setores urbanos pobres, mas, especialmente, os camponeses.

É muito difícil precisar se esses "destacamentos de choque" já têm peso de massas ou se ainda são organizações de uma vanguarda numerosa e ativa. Mas a experiência histórica mostra que, se o oponente não os enfrenta com total decisão, crescem muito rapidamente.

Por isso, ao mesmo tempo em que avançamos na elaboração teórico-política para precisar sua caracterização, é imprescindível retomar as propostas políticas de Trotsky para combater o fascismo.

Com o fascismo não se discute. Se combate na luta física e no confronto militar. Essa é a única forma real para derrotá-los. Em segundo lugar, a política de conciliação de classes proposta pelas frentes populares só leva ao fortalecimento e ao triunfo do fascismo.

Portanto, apoiar esses governos burgueses com a desculpa de "combater unidos o fascismo" termina sendo um caminho para a derrota. Só uma ação e uma organização independente da classe operária podem enfrentá-los. Em terceiro lugar, é necessário que a classe operária avance na perspectiva da revolução socialista para ser um pólo claro de referência para a pequena-burguesia, cada vez mais seduzida pelo fascismo, e assim ganhá-la ou, pelo menos, dividi-la.

AJUDE A CARREGAR NOSSA BANDEIRA VERMELHA, DA COR DO SOCIALISMO!

NAZARENO GODEIRO,
de Belo Horizonte (MG)

Nos próximos dias termina o primeiro turno das eleições. Foram 400 mil candidatos e se gastou mais de R$ 1 bilhão, tudo financiado pelas grandes empresas nacionais e multinacionais.

Em um debate televisivo na Band em Belo Horizonte, um jornalista fez uma pergunta a Vanessa Portugal, candidata da Frente de Esquerda Socialista, PSTU-PSOL, se era possível ganhar a eleição sem se vender ao esquema de financiamento empresarial.

O PSTU é o único partido que pode responder positivamente a essa pergunta. É o único partido no país inteiro que pode se orgulhar de não receber financiamento dos grandes empresários e que tem sua campanha financiada exclusivamente pelas doações de trabalhadores.

Na sociedade capitalista quem paga manda. O partido que é financiado pela burguesia perde toda a independência política e isso foi o que aconteceu com o PT, com o PCdoB e infelizmente começa a acontecer com o PSOL de Porto Alegre, com a aceitação da contribuição de R$ 100 mil doado pela Gerdau para a campanha de Luciana Genro. Infelizmente, nenhuma ação concreta foi adotada pelas outras correntes desse partido para reverter essa decisão do PSOL gaúcho. Ocorre que o MES (corrente à qual pertence Luciana) tem um peso expressivo na direção nacional do PSOL.

PARTICIPAMOS DAS ELEIÇÕES PARA DIVULGAR O PROGRAMA REVOLUCIONÁRIO

Nossa luta é para transformar radicalmente a sociedade, romper com o sistema capitalista, acabar com a propriedade privada e desenvolver a luta até acabar com o imperialismo. Por isso, não nos misturamos com nenhum setor da burguesia.

Os outros partidos, ao contrário, querem se eleger e chegar ao poder, não importa como. É o "vale-tudo" na política. Todos os partidos no Brasil, inclusive os supostos partidos socialistas e comunistas, se transformaram em meras máquinas eleitorais.

Nosso partido, ao contrário, não crê que a vida mudará pelas eleições. A luta entre as classes sociais é o que move a sociedade para adiante. Por isso, nossa prioridade sempre será a luta direta da classe trabalhadora e as eleições estão subordinadas a essa luta. Atuamos nelas para levar o programa revolucionário a milhões de pessoas. Não rebaixamos nosso programa para eleger candidatos. Não buscamos o caminho fácil das promessas eleitorais. Dizemos a verdade de cara, mesmo que isso signifique perder votos.

UM PARTIDO QUE NÃO SE RENDE NEM SE VENDE

O PSTU não se vende. Poderíamos ter ministros no governo Lula, buscar coligações com o PT para eleger parlamentares. Poderíamos receber doações de empresários para fazer uma campanha rica, contratar milhares de cabos eleitorais pagos.

Nosso partido se orgulha de ter remado contra essa maré e ter se mantido como verdadeiro partido socialista. Todos os partidos reformistas passaram para o lado da burguesia. Antigos comunistas, socialistas, stalinistas e ex-guerrilheiros trocaram as barricadas pelos palácios governamentais.

CENTRALISMO DEMOCRÁTICO

O que permite manter um partido revolucionário é o funcionamento em base ao centralismo democrático, em que todas as decisões fundamentais são tomadas em congressos ou reuniões partidárias. Nessas ocasiões a minoria se subordina à maioria e a base controla seus dirigentes. As decisões são precedidas por um amplo debate democrático, o que inclui obviamente o pluralismo de opiniões diferentes se expressando livremente. Mas, depois de decidida uma posição, todos a aplicam até o próximo congresso ou reunião em que o balanço das decisões seja feito e uma nova posição venha a ser tomada.

Ao contrário, os partidos eleitorais tipo PT ou PSOL funcionam sob uma aparente democracia interna, sem nenhum centralismo. Mas, na verdade, os parlamentares decidem tudo. A posição pública desses partidos é a defendida por seus parlamentares, que são os únicos que têm acesso à grande imprensa.

Eles (e governantes, no caso do PT) defendem suas próprias posições e não aquelas definidas pelo conjunto do partido. Quer dizer, os militantes de base desses partidos não têm nenhum poder de decisão. Os congressos podem, inclusive, votar por uma determinada posição e isso não ser sequer conhecido publicamente, na medida em que os parlamentares tenham outra posição.

O PT, por exemplo, votou em seu congresso antes da posse de Lula um programa contrário ao FMI. Lula, uma vez no poder, fez o oposto, como já sabemos. O PSOL votou em seu congresso uma resolução a favor do aborto. Heloísa Helena, sua principal figura pública, faz abertamente campanha contra o aborto, inclusive se aliando com setores de direita para isso. Os militantes de base nesses partidos servem para buscar votos nas eleições, mas não têm nenhum poder de decisão e muito menos de controlar seus dirigentes e parlamentares.

Como exemplo prático de centralismo democrático, nosso último congresso votou uma resolução de combate ao machismo. Discutimos que não se pode ser verdadeiramente socialista se não lutamos contra toda opressão da mulher, dos negros, dos homossexuais e dos imigrantes.

Nos orgulhamos de que a maioria das nossas candidaturas nas capitais sejam encabeçadas por mulheres. Vera Guasso em Porto Alegre, Joaninha em Florianópolis, Vanessa em Belo Horizonte, Vera em Aracaju, Kátia Telles no Recife. Essas mulheres revolucionárias assumirão, junto com o partido, a luta contra o machismo na sociedade e no interior do partido.

ENTRE PARA O PSTU, VENHA FAZER A HISTÓRIA JUNTO CONOSCO

Até aqui mantivemos essa bandeira sem manchas. Agora necessitamos de você para continuar essa luta. Precisamos da disposição revolucionária da juventude, precisamos aumentar a participação de operários industriais no nosso partido.

Entre no nosso partido. Aprenda com ele a revolucionar a sociedade, a lutar pelo socialismo, imprima sua personalidade na luta. O partido precisa de você. A revolução é uma tarefa de milhões de trabalhadores e jovens.

Você está herdando uma bandeira vermelha que tem mais de 150 anos, uma bandeira sem manchas, da cor da luta, da cor do trabalhador, da cor do socialismo!

Nossa próxima tarefa é transformar essa bandeira revolucionária na bandeira de milhões de trabalhadores do Brasil, da América Latina e do mundo!